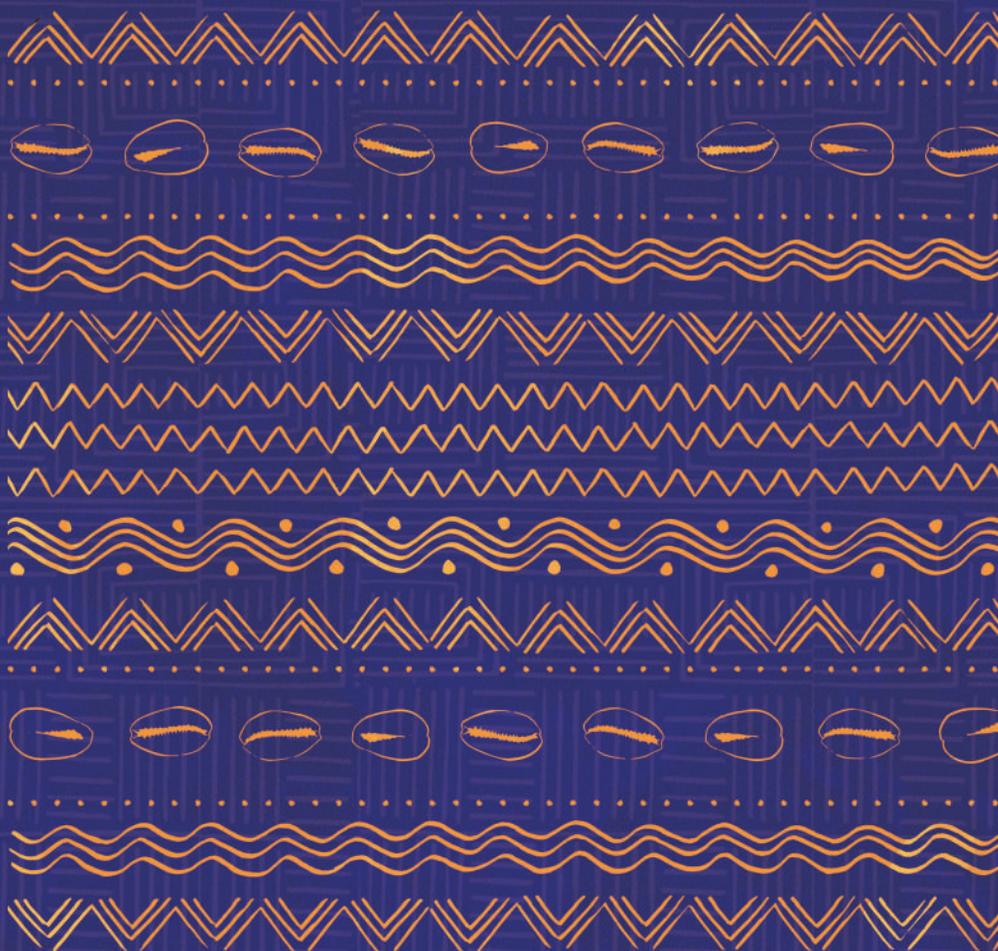




Projeto
co-financiado
pela União
Europeia

otto
8per
mille
CHIESA VALDESE
www.chiesa-valdese.it



ALMANAQUE PEDAGÓGICO

Experiência de Educação Quilombola
no Vale do Iguape – Recôncavo da Bahia

ALMANAQUE PEDAGÓGICO

Experiência de Educação Quilombola
no Vale do Iguape - Recôncavo da Bahia



REITOR

Sílvio Luiz Oliveira Soglia

VICE-REITORA

Georgina Gonçalves dos Santos

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Tatiana Ribeiro Velloso

COORDENADORA DE CULTURA E UNIVERSIDADE

Tábata Figueiredo Dourado

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E AÇÕES COMUNITÁRIAS

Sérgio Luiz Bragatto Boss

Adriele de Jesus Sousa

Rita de Cássia Dias Pereira Alves
Cláudio Orlando Costa do Nascimento
Leonardo Di Blanda
Martina Molinu
Organizadores

ALMANAQUE PEDAGÓGICO

Experiência de Educação Quilombola
no Vale do Iguape – Recôncavo da Bahia

UFRB
2019

ORGANIZADORAS/ES

Rita de Cássia Dias Pereira Alves, Cláudio Orlando Costa do Nascimento,
Leonardo Di Blanda, Martina Molinu

AUTORAS/ES

PROFESSORAS/ES E PESQUISADORAS/ES DO CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS
APLICADAS (CECULT) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

Cláudio Orlando Costa do Nascimento, Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand, Kleber Antônio de
Oliveira Amâncio, Sílvia Michele Lopes Macedo de Sá, Rita de Cássia Dias Pereira Alves.

PROFESSORAS/ES DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CACHOEIRA, BAHIA

Ângela Crispina Viana Jovelino, Edilma Santana Costa, Elisângela Guimarães de Jesus, Ivanilson
da Cruz de Assis Costa, Jocevalda Ferreira dos Santos, Jucilene Viana Jovelino, Juvani Neri Viana
Jovelino, Nubia Nepomuceno Costa, Rita de Cassia Santos de Jesus, Rosimeire Conceição Santos,
Tiago Bispo Silva.

LIDERANÇAS DO TERRITÓRIO DO IGUAPE

Adriana Ferreira Viana, Ananias Nery Viana, Andreza Viana de Santana, Rosângela Viana Jovelino,
Rosane Viana Jovelino

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Susane Barros e Luciana Reis

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Rafa Moo

ILUSTRAÇÕES

Felipe Rezende e Luma Flores

FOTOS DE ARQUIVO

Lara Perl, Leonardo Di Blanda, Acervo Fotográfico do CECVI, Aelison Santos de Assis

PARCEIROS

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT/UFRB

Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape – CECVI

Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape – CQBVI

Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti – COSPE

Secretaria de Educação do Município de Cachoeira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Ficha catalográfica

A445 Almanaque pedagógico: experiência de educação quilombola no Vale do Iguape,
Recôncavo da Bahia / Organizadores: Rita de Cássia Dias Pereira Alves... [et.

al.]._ Cruz das Almas, BA: UFRB, 2019. 108p.; il.

ISBN: 978-85-5971-108-0

1. Educação – Ações afirmativas. 2. Educação – Relações interétnicas. 3. Recôncavo
(BA) – Análise. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II. Alves, Rita de Cássia Dias
Pereira. III. Nascimento, Cláudio Orlando Costa do. IV. Di Blanda, Leonardo. V. Molinu,
Martina. VI. Título.

CDD: 370.19342

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas – UFRB.

Responsável pela Elaboração – Antonio Marcos Sarmiento das Chagas (Bibliotecário – CRB5 / 1615).

Os dados para catalogação foram enviados pelos usuários via formulário eletrônico.

SUMÁRIO

A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA COMO PATRIMÔNIO • 7

CONSTRUINDO OUTRAS NARRATIVAS • 9

A UFRB E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA • 15

PROCESSO DE REPARAÇÃO SOCIAL • 19

APRESENTAÇÃO • 21

1» FORMAÇÃO QUILOMBOLA E AÇÕES AFIRMATIVAS:

UMA PERSPECTIVA NEGRA • 24

2» O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE • 32

2.1» DO PASSADO AO PRESENTE: SÍNTESE SOCIOECONÔMICA
DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA BACIA E VALE DO
IGUAPE • 34

3» RODAS DE SABERES E FORMAÇÃO: METODOLOGIA AFIRMATIVA,
FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS, CURRÍCULO E FORMAÇÃO
IDENTITÁRIA • 40

4» CURRÍCULO EM FORMAÇÃO • 45

4.1» HISTÓRIA E CULTURA ANCESTRAL • 46

4.2» IDENTIDADE NEGRA • 55

4.3» PRECONCEITO, RACISMO E DISCRIMINAÇÃO • 67

4.4» SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA • 71

4.5» EDUCAÇÃO PATRIMONIAL • 84

GLOSSÁRIO • 95

REFERÊNCIAS • 109







A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA COMO PATRIMÔNIO

Por Jucilene Viana¹

Muito além do quadro e do giz, as comunidades remanescentes de quilombos possuem experiências e saberes educacionais, sociais, políticos e culturais que são reconhecidos e valorizados como singularidades de um contexto histórico e geográfico, referentes às origens e localização.

A Diretriz Curricular Nacional (Parecer CNE-CEB 016/2012), para a educação escolar quilombola, define que este modelo requer pedagogia própria, que respeite a especificidade étnico-racial, cultural e a realidade de cada comunidade, e que disponha de materiais didáticos e paradidáticos específicos. Para tanto, é imprescindível a formação específica de um quadro docente que atue nas escolas dos territórios quilombolas, e nas escolas que recebem estudantes quilombolas, ainda que fora do seu território de origem.

¹ Professora da Escola Cosme e Damião da Comunidade Remanescente de Quilombo do Kaonge.



Importante observar que nos encontramos distantes de uma situação ideal de educação quilombola, mesmo com as diretrizes curriculares nacionais, e com a implementação da Lei nº 10.639/2003, as comunidades continuam com os componentes curriculares defasados, com a formação distante dos referenciais quilombolas, com professores sem formação inicial e continuada, além da ausência de políticas pedagógicas quilombolas no âmbito das secretarias de educação dos municípios.

Temos a impressão de não estarmos inseridos em uma modalidade de ensino da educação básica. Uma prática de invisibilização, descarte e discriminação. É comum ouvirmos relatos de professoras e professores, que atuam em escolas de territórios quilombolas, sobre a ausência de materiais que abordem a educação quilombola local/regional, e a Lei nº 10.639/2003, visto que os livros vêm de outros estados da Federação, logo não contemplam a história local.

Em síntese, tornar-se professor/a em escola quilombola, implica em entender e valorizar o território de identidade do estudante, e construir, de forma coletiva, um currículo interdisciplinar, capaz de abordar as riquezas históricas e culturais dos quilombolas. Falamos de saberes e fazeres do vivido, de onde emergem as histórias, as músicas, a religiosidade, a sustentabilidade, e tantos outros temas originários do trabalho e das referências de identidade local, a exemplo também, da permanência e participação dos jovens na construção e desenvolvimento do seu território.

No sentido de reconhecimento, valorização e prática pedagógica afirmativa, este Almanaque Pedagógico colabora com a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, e das diretrizes curriculares nacionais quilombolas para o ensino básico. Valendo-se das nossas referências, dos nossos mapeamentos, que registram as conquistas, e os desafios pedagógicos, presentes na educação em comunidades quilombolas.

Convido a todos a conhecerem este Almanaque Pedagógico, que mostra a possibilidade de construção coletiva, baseada nas histórias e saberes, e no patrimônio histórico-cultural das comunidades quilombolas do Iguape, em Cachoeira-Bahia, que produz um material que contribui com as escolas do município e que pode dialogar com outras experiências de educação quilombola no Brasil e no mundo.



CONSTRUINDO OUTRAS NARRATIVAS

Por Leonardo Di Blanda e Martina Molinu¹

Com o intuito de atender aos pedidos da *Carta de Demandas* de 2015,² elaborada pelo Núcleo de Desenvolvimento do Território do Recôncavo e pelo Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, a Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes (Cospe Onlus),³ com a colaboração do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape (CECVI)⁴ e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), através do Projeto Terra de Direitos, promoveu um processo de investigação e articulação junto aos professores e professoras das escolas de Ensino Fundamental do município de Cachoeira, que atendem as comunidades quilombolas do Território do Iguape, com o propósito de contribuir para a inclusão do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares.

Em 2017, com o apoio da Secretaria de Educação de Cachoeira, encontramos os/as docentes e diretores/as das escolas quilombolas do Território do Iguape com o objetivo de compreender progressos e dificuldades na implementação da Lei nº 10.639/2003. Se, de um lado, é de conhecimento geral a existência dessa Lei, por outro, a ausência de material didático e paradidático de apoio às atividades de ensino, currículo e formação, adequado à realidade local, dificulta sua efetivação.

¹ Equipe da Cospe Onlus no Brasil: diretora geral e coordenador local do Projeto Terra de Direitos.

² Item da *Carta das Demandas* atendido pelo Projeto Terra de Direitos: garantir e fiscalizar a aplicação da Lei nº 10.639/2003 que obriga a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas quilombolas,

³ A Cospe Onlus é uma associação privada, laica e sem fins lucrativos. Desde 1983 atua em mais de 20 países do mundo, em territórios e comunidades locais ao lado de milhares de mulheres e homens, para um mundo de paz e hospitalidade, com mais direitos e democracia, com mais justiça social e sustentabilidade ambiental e para o alcance da igualdade entre homens e mulheres e a eliminação de cada forma de discriminação.

⁴ O CECVI é uma associação civil sem fins lucrativos que apoia e implementa ações para a defesa e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através de atividades de educação profissional, culturais e de proteção do meio ambiente.

A partir dessa reflexão, foi se consolidando a parceria com docentes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da UFRB,⁵ que implicou a institucionalização de um projeto de extensão-pesquisa-formação que, com base em uma abordagem colaborativa, propiciou a construção deste material paradidático.

Ao longo do ano de 2018, foram realizadas as Rodas de Saberes e Formação (RSF), com a participação de professoras e professores, diretores/as das escolas e representantes das comunidades e da Secretaria Municipal de Educação. Esses encontros foram fundamentais para a reflexão, os debates, as trocas, a valorização dos contextos e saberes dos/as participantes (antropólogos/as, pedagogos/as, historiadores/as, professores/as de ensino fundamental e universitários/as, griots, lideranças comunitárias, assistentes sociais, estudantes e representantes da sociedade civil organizada). Foi um processo de valorização dos professores e das professoras, assim como dos propósitos das escolas, dos projetos pedagógicos, referentes à inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos, e na prática pedagógica nas salas de aula.

Paralelamente, o trabalho de investigação foi realizado junto aos estudantes, no levantamento dos conhecimentos prévios sobre a história e a cultura afro-brasileira, a imaginação e a memória das crianças e jovens. Com o apoio do pedagogo e arte-educador André Araújo foram produzidos registros dos/as discentes, referentes às suas percepções culturais, aos saberes e fazeres relacionados à história do povo negro na Região. Assim, desenhou-se o livreto *Caderno Quilombola*, um material específico a ser manuseado diretamente pelos discentes que, através de jogos e brincadeiras, poderão despertar sua curiosidade e enriquecer seus saberes acerca da história do povo negro no Brasil.

Este Almanaque Pedagógico apresenta essa abrangência de olhares, de leituras e conhecimentos que impactam no processo de formação sociocultural da Região: é um referencial que busca articular e valorizar o contexto local, a identidade cultural e as experiências nos ambientes escolares. Os referenciais da história e da cultura afro-brasileira implicam a formação dos/as docentes e discentes, no reconhecimento das suas próprias identidades, na valorização dos seus pertencimentos

⁵ Cláudio Orlando Costa do Nascimento, Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand, Kleber Antonio de Oliveira Amancio, Silvia Michele Lopes Macedo de Sa, Rita de Cássia Dias Pereira Alves.

locais, ao tempo que, contribui para desconstruir estereótipos negativos sobre os quilombos e os quilombolas, sobre os negros afro-brasileiros.

Os direitos das comunidades quilombolas são diretamente ligados à sua história, à sua etnocultura, uma vez que o autorreconhecimento de uma comunidade como remanescente de quilombo é o primeiro passo para reivindicar o acesso às políticas públicas desenhadas para reverter a marginalização política, social, econômica e cultural. A valorização da história e da cultura do território torna imprescindíveis as ações de fortalecimento político, considerando também, as específicas formas de organização social e econômica dos quilombos.

É nisso que acredita o Projeto Terra de Direitos: uma parceria estabelecida entre COSPE, CECVI e a UFRB, com o apoio da União Europeia e do Fundo do Otto per Mille da Chiesa Valdese.



Roda de Saberes e Formação em São Francisco de Paraguaçu no dia 25 de outubro de 2018⁶

Fonte: Acervo Projeto de Direitos.

⁶ Da esquerda para a direita: Jucilene Viana Jovelino, Tiago Bispo Silva, Cláudio Orlando Costa do Nascimento, Rita de Cassia Santos de Jesus, Rita de Cássia Dias Pereira Alves, Luciana Reis, Rafa Moo, Leonardo Di Blanda, Ivanilson da Cruz de Assis Costa, Nubia Nepomuceno Costa.



O CONSELHO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE (CQBVI)

O Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguaape (CQBVI), fundado em 8 de julho de 2005, é uma organização civil, registrada juridicamente, sem fins lucrativos, que não faz distinção de cor, raça, sexo, ideologia ou político-partidária, regida por estatuto e pelas normas legais pertinentes.

Sua estrutura é colegiada, com participação de representantes das comunidades quilombolas localizadas na região da Bacia e Vale do Iguaape, no Recôncavo da Bahia, em torno da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguaape. Sua representação é constituída de quatro representantes eleitos por comunidade, dois titulares e dois suplentes. A escolha dos conselheiros respeita critérios de gênero e de geração, sendo o grupo, portanto, constituído por jovens, idosos, homens e mulheres. As reuniões são rotativas, realizadas mensalmente em uma comunidade. Há rodízio entre conselheiro e conselheira para coordenação das assembleias gerais ou extraordinárias.

O Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguaape tem por objetivo defender os direitos das comunidades, garantir a permanência e integridade de seus territórios, e uma vida digna, saudável e em harmonia com o meio ambiente. Para a consecução de suas finalidades o Conselho Quilombola articula, mobiliza, organiza, apoia e executa ações e projetos com base nos princípios da justiça e igualdade étnico-racial, autonomia, coletividade, participação e respeito às diversidades. A partir da criação do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguaape e de associação comunitária, as comunidades tiveram conquistas importantes, consideradas ganhos estruturais.

A atuação do Conselho visa a integração do território e a articulação política com outros movimentos sociais nos vários níveis, local, estadual e nacional, apoiando o exercício da cidadania ativa nos espaços de diálogo político e de controle social. (JOVELINO, 2018, p. 185-186).



A CARTA QUILOMBO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO (NUD-QTR)

Da experiência comunitária surgiu a Carta Quilombo, documento elaborado a partir de seminário comunitário, no Encontro Quilombola em 2015. A Carta atualmente representa o marco para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Iguape, com a participação de todas as comunidades, e deu origem ao Grupo de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Território do Recôncavo (NUD-QTR), que vai além da abrangência do próprio Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape (integrando as comunidades quilombolas de Cachoeira, São Félix, Santo Amaro, Maragogipe, Muritiba e Cruz das Almas). A Carta Quilombo é uma expressão coletiva do Conselho Quilombola, como caminho de diálogo entre todos os membros e os poderes constituídos do Estado brasileiro. Não é um mero exercício reivindicativo, mas a demonstração de que as comunidades sabem quais são suas necessidades, do que precisam para enfrentá-las e como a ação pública pode atuar. Não fosse a atuação comunitária, assegurada sob batuta do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, o enfrentamento de graves questões para a manutenção da forma de ser e viver da comunidade já poderia ter se esvaído. A Carta Quilombola constitui-se, portanto, em ferramenta fundamental e necessária para subsidiar a elaboração de políticas públicas e a efetivação do cumprimento dos preceitos, levando a essas comunidades ações de reparação que reflitam suas realidades, e ações de garantia de direitos de cidadania e de propriedade sobre os territórios historicamente ocupados. (JOVELINO, 2018, p. 187).







A UFRB E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

VALORIZAÇÃO DOS SABERES, DAS TRADIÇÕES E DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Por Tatiana Velloso¹ e Marcelo Araujo²

A UFRB, nas suas mais diversas instâncias, reconhece a importância das parcerias para o alcance dos seus objetivos institucionais, quais sejam o ensino, a pesquisa, a extensão e as políticas afirmativas. Neste contexto, o Projeto Terra de Direitos, estabelecido formalmente por meio de termo de cooperação entre CECVI, UFRB, COSPE e UFBA, apresentou-se como uma oportunidade para a consolidação das ações que, desde algum tempo, são desenvolvidas com parceiros do Vale do Iguape, no município de Cachoeira, localidade de grande importância histórica e cultural no Recôncavo da Bahia.

¹ Pró-Reitora de Extensão e Docente da Educação do Campo, CETENS/CFP/UFRB.

² Docente do CCAAB/UFRB.





O Projeto vem desenvolvendo ações diversificadas com o objetivo principal de fortalecer a capacidade organizacional e de articulação política das comunidades quilombolas para a salvaguarda da sua cultura, do seu território e dos seus modos de vida. Assim, o projeto providenciou apoio para oficinas de formação com foco no uso de tecnologias digitais para o reconhecimento do território e identificação dos conflitos ambientais, oficinas de formação política, apoio para organização de grupos de jovens e de mulheres quilombolas, bem como a elaboração de relatórios antropológicos. Além disso, promoveu o mapeamento dos saberes e das práticas terapêuticas tradicionais e, finalmente, a organização e a publicação deste almanaque para a Educação Escolar Quilombola, abordagem voltada para a valorização dos saberes, das tradições e do patrimônio cultural das comunidades quilombolas, para uma melhor compreensão da cultura e da história brasileira.

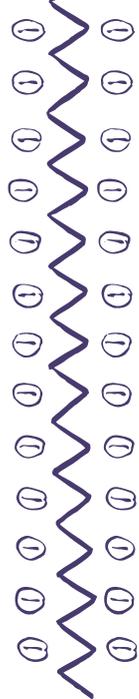
Este Almanaque está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, estabelecidas por meio do Decreto Legislativo nº 143/2003 e do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Assim, a publicação foi construída em diálogo com as comunidades do Vale do Iguape, observando suas práticas sociais, culturais, políticas e econômicas, no contexto das lutas por seu território, pelo respeito aos seus modos de vida e garantia do direito à cidadania, contra todas as formas de desigualdades, de preconceito e racismo.

Portanto, a construção deste *Almanaque Pedagógico – Experiência de Educação Quilombola no Recôncavo da Bahia*, bem como da relação com as comunidades quilombolas do Vale do Iguape e seus parceiros, contribuem cotidianamente na consolidação da UFRB, orientada por meio de uma política pedagógica fundamentada na Educação Crítica e Emancipatória, a partir da relação com os saberes e os conhecimentos de seus povos. Isso traz um desafio para a UFRB, que além de promover o acesso ao ensino superior de negros e de trabalhadores/as, com mais de 85% de estudantes autodeclarados negros, com renda familiar abaixo da média nacional e da região nordeste (em torno de R\$ 460,00) e da interiorização, onde 92% dos estudantes são provenientes do interior, traz o debate acadêmico da formação voltada para um projeto comprometido com a realidade de seu território.

O perfil dos estudantes da UFRB reflete a realidade do estado da Bahia e especialmente do Recôncavo, onde é relevante o número de comunidades quilombolas reconhecidas e em fase de reconhecimento, comunidades com as quais a universidade orgulha-se em desenvolver parcerias por meio de suas atividades acadêmicas e das políticas afirmativas, disponibilizando o acesso à universidade e à construção de ações pedagógicas implicadas com a realidade de seu território.

No contexto desta trajetória, a organização e publicação deste *Almanaque Pedagógico – Experiência de Educação Quilombola no Recôncavo da Bahia* apresenta-se como uma contribuição relevante, sobretudo, pela experiência participativa, envolvendo as comunidades das escolas quilombolas na definição e na elaboração dos conteúdos. Assim, o trabalho apresentado valoriza os saberes e os conhecimentos tradicionais, contribuindo para a maior identificação dos estudantes com os conteúdos a serem abordados, uma vez que passam a refletir as suas realidades. Também, é relevante a contribuição deste trabalho para o fortalecimento e valorização das Escolas Quilombolas que se destacam como elementos fundamentais para uma estratégia educacional promotora da diversidade.

Esperamos que esta publicação possa servir de estímulo para o desenvolvimento de outras iniciativas focadas no fortalecimento da Educação Escolar Quilombola nas demais regiões do estado da Bahia e do nosso país, ao tempo em que parabenizamos todos os parceiros e colegas docentes que se dedicam e se implicam no seu cotidiano na luta e na resistência para a construção de uma educação crítica e emancipatória.







PROCESSO DE REPARAÇÃO SOCIAL

Por Danilo Souza de Oliveira¹

O processo de reparação social a partir da melhoria da qualidade e condições de vida da população negra no Brasil é algo recente e ainda tímido, quando comparado ao contingente de negros que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica. São grandes os desafios para construção de uma sociedade de inclusão do povo negro em suas diferentes dimensões sociais. Nesse sentido, tendo a Educação como uma fração das ações necessárias para contribuir com o processo de reparação, a Secretaria de Educação do Município de Cachoeira buscou apoiar o Projeto Terra de Direitos, desenvolvido pela Cooperação para o Desenvolvimento de Países Emergentes (COSPE), Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape (CECVI) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com o objetivo de apoio a defesa e proteção dos direitos políticos e civis das comunidades remanescentes de quilombo do Recôncavo da Bahia.

¹ Assessor da Secretaria de Educação de Cachoeira, Prefeitura Municipal de Cachoeira.





Tomando a Educação com parte da dimensão da vida social e a escola como espaço de vivência, formação humana e reprodução da vida, observa-se a importância de fazer desse espaço um ambiente liberto de preconceitos, estereótipos e segregações. Esse entendimento é claro para a Secretária de Educação de Cachoeira, Ana Luiza, técnicos, e educadores da Rede Municipal de Educação. Dessa forma, apoiar o Projeto Terra de Direitos sinaliza o compromisso da gestão pública municipal com o fortalecimento das políticas de proteção e reconhecimento de direitos das comunidades remanescentes quilombolas do Vale do Iguape no Recôncavo da Bahia.

O apoio da Secretaria de Educação consistiu na disponibilidade de informações sobre o universo de escolas da rede pública, zona urbana e rural, na construção da amostra das escolas que iriam participar do projeto, organização das reuniões com professores, diretores, deslocamento, dentre outras demandas inerentes ao Projeto. Para além, pode-se observar o aprimoramento da Lei nº 10.639/2003 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e particulares do sistema educacional brasileiro.

A Secretaria de Educação percebe e agradece a iniciativa da COSPE, CECVI e UFRB na manutenção, valorização e divulgação da cultura afro-brasileira no Território e, sobretudo, nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Cachoeira. Tal proposta possibilitará o fortalecimento e aprofundamento das políticas sociais para fortalecimento do processo de reparação social para a população negra, além da construção de um ambiente escolar diverso, respeitoso, superando os preconceitos e discriminações raciais.



APRESENTAÇÃO

Este *Almanaque Pedagógico* reúne contribuições do conjunto de professoras e professores das escolas públicas das comunidades quilombolas que integram a Bacia e o Vale do Iguape, em Cachoeira (BA). As escolas são: Escola Rural São Paulo (Terra Vermelha), Escola Nossa Senhora da Conceição (Guaíba), Escola Nossa Senhora da Conceição e Escola Maria Quitéria (Imbiara), Escola João Matos dos Santos e Escola Otavio Pereira (Tabuleiro da Vitória), Escola Creche Antônio de Cristo e Escola General Alfredo Américo da Silva (Acutinga), Escola Pedro Rangel, Escola Rural de Santiago do Iguape, Creche Hélio de Barros (Santiago do Iguape), Creche Tia Angélica, Escola Maria da Hora, Escola de 1º grau São Francisco de Paraguaçu, Escola Cosme e Damião (Kaonge), Escola Coração de Jesus (Engenho da Ponte).



Integra também contribuições de docentes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), *campus* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sediado em Santo Amaro da Purificação, em uma relevante ação de extensão, pesquisa-formação, em parceria com as comunidades quilombolas de Cachoeira (BA).

Este livro sintetiza o empenho coletivo desse conjunto de educadoras e educadores, membros das comunidades quilombolas do Iguape, lideranças quilombolas, agentes culturais, com o intuito de contribuir para a implementação da Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e das Diretrizes Curriculares Nacionais, Parecer CNE-CEB 016/2012, no qual se lê:

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes: A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural [...]. (BRASIL, 2012, p. 1)

Este Almanaque apresenta um debate pedagógico sobre a identidade quilombola, a função da escola como agente promotor da diversidade, a partir da identidade quilombola, e as propostas de atividades pedagógicas que podem servir de dinamismo para a prática docente interdisciplinar nas escolas quilombolas.

Este material, construído coletivamente por meio da tecnologia pedagógica das Rodas de Saberes e Formação (RSF), apresenta um mapeamento de temas, de conteúdos que caracterizam as comunidades do Vale do Iguape, e até então eram realizadas de forma isolada, em cada escola. Essa reunião propiciou que as escolas, as professoras e professores, pudessem articular as abordagens pedagógicas, os currículos, as práticas de ensino, possibilitando maior visibilidade dos saberes e fazeres promotores da identidade escolar quilombola, já vivenciados no Território.

O Almanaque, ao apresentar e introduzir os temas, busca despertar a curiosidade pedagógica dos/as estudantes, a inventividade dos professores e professoras na construção didática baseada na realidade, como produção de sentidos contextualizados, ampliados e complexos. Dessa forma, os termos/temas apresentados podem ter outros sentidos conforme os referenciais, os saberes e fazeres locais, o que amplia a compreensão das experiências, das vivências, dos cenários socioculturais e político-pedagógicos, agregando outras linguagens, racionalidades e modos de fazer e compreender as realidades vividas.

A publicação introduz os/as leitores/as às propostas pedagógicas de ensino após uma reflexão sobre o processo histórico, complexo e desigual que caracteriza o contexto no qual intervém, hoje em dia, as políticas afirmativas, mencionando referências de luta de negros/as (Capítulo 1). Seguimos a apresentação histórica, social e política do povo negro e quilombola no capítulo 2, adentrando no Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, em sua história social, econômica e política, guiados pelas comunidades e seus/suas moradores/as.

No capítulo 3, a metodologia das RSF, tecnologia pedagógica utilizada na construção deste material, é atentamente apresentada para que as professoras e professores das escolas do território possam dela se apropriar em suas metodologias de ensino. Projetos e planos de aula são apresentados no capítulo 4 “Currículo em formação”. As propostas aqui apresentadas foram elaboradas por professoras e professores das escolas de ensino fundamental da Bacia e Vale do Iguape, no intuito de valorizar e sistematizar as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas e comunidades, para que suas metodologias possam ser conhecidas em outros contextos socioculturais e escolares. Ao longo do texto, em caixas de diálogo, são apresentadas elucidacões, aprofundamentos temáticos, palavras-chave e depoimentos, ampliando as possibilidades de conexões na prática pedagógica.



FORMAÇÃO QUILOMBOLA E AÇÕES AFIRMATIVAS

UMA PERSPECTIVA NEGRA

Kleber Amâncio¹

CRISTÃO FUGIDO DA LEI DIVINA

Fugiu da lei de Deus o individuo de nome Zé Carvalho, constante de 42 anos de idade, bem alvo de cor, e não de consciência: robusto de escravagismo, de altura atlética no escravocatismo, beiços grossos de blasfemar contra a liberdade e bons dentes de triturar o trabalho dos escravizados.

É de supor que esteja no grêmio feudal do Iguape por ser natural da mesma ideia e ter pertencido aos *platões*. *Gratifica-se com trinta dias de indulgencias a quem pegá-lo, convertê-lo ao caminho da “Liberdade Humana”.* *Fazenda das Chagas 6 da Misericórdia de 1887*

Bonifácio Euzébio Rio Branco²

Por que devemos estudar esse tipo de história, dolorosa e injusta? O estudo da história, necessariamente, passa pela busca no passado, de questões referentes ao tempo presente. Não estudamos o passado pelo que foi, mas pelo que ainda é. Entender as configurações da sociedade atualmente, muitas vezes, passa por entender processos históricos longínquos e complexos.

A “notícia” que inicia este texto foi extraída do jornal abolicionista “Asteroide: organ³ da propaganda abolicionista”, sediado em Salvador. Na passagem nos deparamos com um irônico anúncio de “cristão fugido”. Temos a caracterização de um personagem branco, Zé Carvalho, como usualmente, descreviam-se os escravizados fugidos. O dito personagem é proveniente daquilo que se denominou “*grêmio feudal do Iguape*”, uma forte crítica ao escravagismo dessa região,

¹ Docente das Universidades do Recôncavo da Bahia – UFRB, integrante do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT).

² O *asteroide*. 10 de março de 1888, p. 2.

³ Neste texto manteremos a grafia original para nomes próprios.

caracterizada como “esse reino onde impera o tronco”.⁴ O que podemos extrair disso? Às vésperas da abolição a escravidão resistia no Iguape, diferentemente de outras regiões do país.⁵ Curiosamente, a partir de abril de 1887, o jornal começa a publicar notícias de senhores que libertaram grandes quantidades de escravizados.⁶ Essa prática, decerto, tem a ver com uma última tentativa para barganhar a liberdade dos cativos. Alguns dias após a abolição, Machado de Assis (1973) fez uma crônica sobre essa questão, cuja ironia estava nos senhores que começaram a alforriar escravizados numa data muito próxima da abolição. A graça está, justamente, na semelhança entre o personagem de ficção e o personagem real. Dizia o senhor que:

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post factum*,⁷ depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.⁸

Parece ser o caso de Pedro Vicente de Ferreira, juiz de órfãos que libertou mais de 100 cativos, ou ainda do capitão Antônio Pinto da Silva, que libertou 16 escravizados, ambos entre o final de abril e início de maio de 1888.⁹

Como não ler essas histórias e pensar na época atual, pensar na luta, na resistência e na atuação social e política de negras e negros que vivem atualmente, na Bacia e Vale do Iguape, no Recôncavo da Bahia?

⁴ *O asteroide*. 10 de março de 1888, p. 2.

⁵ É o caso, por exemplo, do Ceará. Vide Assunção (2013). Para um panorama sobre os últimos anos da escravidão vide Azevedo (2004).

⁶ *O asteroide*. 24 de abril de 1888, p. 1.

⁷ *après coup* é uma expressão francesa que significa “antes do fato”, *postfactum* é uma expressão em latim que significa “depois do fato”, ao utilizá-las o eu lírico, que é um senhor de escravos, busca mostrar erudição e refinamento, afastando-se da incivilidade que representava a manutenção do sistema.

⁸ *Idem*.

⁹ *O asteroide*. 24 de abril de 1888, p. 1; *O asteroide*. 1 de maio de 1888, p. 1.

Cerca de 11 milhões de africanos foram trazidos para as Américas em pouco mais de três séculos e meio: nagôs, jêjes, haussás, fons. Desse contingente, 5.850.000 para o Brasil, dos quais a maior parte chegou de 1830 até 1856 (data de chegada do último navio). Indivíduos que foram transmutados de um continente a outro por meio da violência. Esse país, portanto, funda-se na ilegalidade, para além da imoralidade que representava o sistema escravista.

O Brasil é um caso de racialização institucionalizada; o racismo se expressa nas práticas cotidianas, e em várias circunstâncias práticas, que são imorais e ilegais.¹⁰ O que dizer do projeto de lei de contravenção de vadiagem – discutido concomitantemente à lei áurea, em 1888. Os sucessivos projetos de lei que visavam promover a imigração majoritariamente branca e europeia, para expurgar o elemento negro de nossa sociedade, o processo de expulsão da população negra dos grandes centros urbanos, promovido pelas juntas de saúde pública, em nome do progresso e higiene, os projetos de lei que visavam proibir a entrada de negros no país (em 1921 e 1923), o genocídio da população negra, denunciado por Abdias do Nascimento (2016), ainda na década de 1960, e vigente até os dias atuais.¹¹

Isto é, se hoje há um consenso na comunidade científica de que as teorias raciais – que apontavam para existência de raças assim como de uma ordem hierárquica entre elas – estavam equivocadas, isso não impede que as sociedades continuem a se organizar em torno desses conceitos, e tramem suas atividades sob sua égide. Esse fenômeno, por assim dizer, invade a vida contemporânea, nas relações entre as pessoas, e nos acordos diplomáticos firmados entre os Estados.

Em seu *Atlântico Negro*, Paul Gilroy (2012), um historiador negro britânico, advoga que no início dos anos 1990, as relações políticas envolvendo práxis sociais de discursos identitários como raça, etnia e nacionalidade – seja o “espaço entre elas” ou sua “continuidade” fragmentária –, eram tidas como incompatíveis – consequência, nos seus dizeres, de certo “absolutismo étnico”. Isto é, para combater o racismo esses sujeitos divulgam outros discursos concorrentes.

¹⁰ É justamente em meados do século XIX que surge o racismo científico. Fruto dos “olhos do império”, para utilizar a expressão de Mary Louise Pratt. Uma vontade de ordenar o “Novo” Mundo a partir de sua observação e classificação racional, “imparcial”, europeia. Ver também Gomes (2003).

¹¹ Sobre os dias atuais vide Waiselfisz (2015).

Dispõe-se a pensar o “Atlântico Negro” como uma estrutura longeva, um encontro de sentimentos, produção, comunicação e memória. É na memória da escravidão, na experiência do racismo e do terror racial que se fundam as múltiplas identidades negras nesse espaço. Gilroy arrisca-se, portanto, numa perspectiva africano-americana, europeia desconstruída, sincrética, colaborativa.

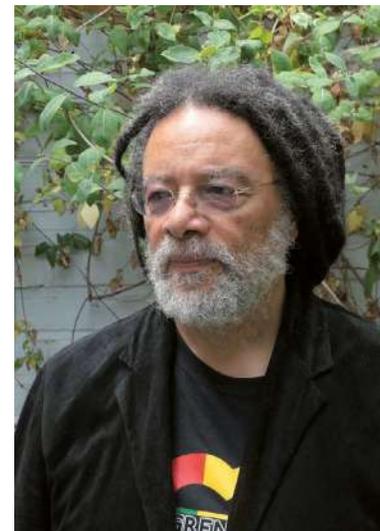
Mas o que teria significado a diáspora e o colonialismo para os africanos e seus descendentes, espalhados pelo mundo? Essa, evidentemente, não é uma resposta fácil. Tomá-los sob um rótulo genérico e único é ignorar suas distinções, articulações e dinâmicas. Frantz Fanon, psiquiatra, filósofo e ensaísta negro da Martinica, formulou explicações consistentes para tais demandas. Mais do que isso, foram empregadas efetivamente na luta anticolonial, uma luta que defendia o direito de autodeterminação dos povos, sobretudo das populações colonizadas por europeus.

Fanon advoga por uma dialética da libertação. Descolonizar é um processo intrincado e que envolve conflito de interesses entre aqueles que detém o poder, e aqueles que visam a sua independência e liberdade, tanto física quanto cognitiva.

Dada a dinâmica do sistema, Fanon vislumbra duas possibilidades no horizonte dos colonizados. A assimilação ou a revolução. Apenas a segunda opção resultaria num efetivo processo de descolonização. Esse diálogo cruzou o Atlântico.

Ângela Davis, filósofa negra estadunidense, traz um aspecto relevante para os debates sobre colonialidade e racismo, que é o silenciamento das mulheres negras, seu protagonismo e liderança.

O reconhecimento de que a discriminação de gênero é também uma forma de opressão que marginaliza as mulheres duplamente, mesmo dentro dos próprios movimentos de emancipação, é uma vitória. Maya Angelou, Bell Hooks, e tantas outras pensadoras do feminismo negro cujas produções/ações, têm levado esse debate a outros patamares.



Paul Gilroy
Fonte: Wikimedia Commons contributors/licençaCC BY-SA4.0.



Frantz Fanon
Fonte: Wikimedia Commons contributors/licençaCC BY-AS3.0.



Ângela Davis (ao centro) entra no Royce Hall na UCLA em outubro de 1969 para sua primeira palestra Fonte: Wikimedia Commons contributors / licença CC BY.

Não por acaso a conferência mundial contra o racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, incorpora em seu título as discriminações correlatas.

No Brasil, Lélia Gonzales, antropóloga negra brasileira, que propunha, ainda na década de 1980, a construção de um feminismo negro associativo, latino-americano, terceiro-mundista, escrevia para mulheres negras a quem o Estado negava/nega, sistematicamente, sua existência, seu reconhecimento enquanto cidadãs plenas.

Pensar sobre essas questões é colocar no foco as políticas públicas afirmativas, que visam intervir num processo histórico que tem se apresentado desigual. O conhecimento histórico permite vislumbrar esse processo para que, a partir dele, possamos agir a fim de promover ações que tornem nossa sociedade um lugar efetivamente diverso e tolerante.

COMUNIDADES NEGRAS

As comunidades negras que se autodenominam “comunidades quilombolas” são expressões da diversidade da experiência negra brasileira, e também da

corajosa e incansável luta por respeito, dignidade e valorização da identidade negra quilombola, na qual se inscreve a educação escolar quilombola, uma forma emancipatória e libertadora de educação formal, de realização dos ideais de vida e cidadania para pessoas negras brasileiras.

Os quilombos são considerados comunidades e povos tradicionais, de acordo com o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), e com o art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, no qual define que “são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (BRASIL, 1988). Além disso, ocupam e utilizam territórios e recursos naturais “como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”. (BRASIL, 2012, p. 2).

Quilombo é entendido na África como associação de homens, aberta a todos, havendo no dizer de estudiosos, muitas semelhanças entre o quilombo africano e o brasileiro, que nele se inspira. Os/as negros/as escravizados/as no Brasil, reconstruíram a ideia comunitária e libertária do quilombo, em oposição à estrutura escravagista na qual eram obrigados/as a viver. Surge assim, no final do século XIX, passa a ser entendido e utilizado com o significado de instrumento ideológico contra formas variadas de opressão.

Nas três Américas, onde houve escravidão, houve também o processo de aquilombamento feito por grupos semelhantes, porém com nomes diferentes, de acordo com a região onde viveram: *Cimarrónes*, em muitos países de colonização espanhola; *Palenques*, em Cuba e na Colômbia; *Cumbes*, na Venezuela; e *Marroons*, na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos.

AQUILOMBAMENTO

Ressignificação do termo quilombo, atualizado para contemplar os processos históricos contemporâneos de resistência negra, de formação de territórios livres da escravidão e opressão, e que possibilita entender a construção identitária dinâmica, de uma cidadania diferenciada, que tem o protagonismo negro como referencial, especialmente nos territórios e comunidades negras, rurais e/ou urbanas. Ver a esse respeito Abdias do Nascimento (2016).



De acordo com a Fundação Cultural Palmares, órgão emissor das certificações das comunidades quilombolas, as características atuais de um quilombo são flexíveis, permitindo que a própria comunidade se autodeclare como quilombo, e/ou remanescente, independentemente da existência material, concreta que as caracterize como descendentes de africanos escravizados. A única condição é que tenham em suas memórias coletivas, e nas histórias de vida de seus membros e antepassados, os saberes, os saber-fazeres, que são reconhecidos como partes da cultura, e da construção histórica do povo africano e afrodescendente no Brasil, que sobreviveram aos maus tratos da escravização, e resistiram ao processo destrutivo do racismo, conforme o Decreto nº 4.887. (BRASIL, 2003).

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT

Art. 68 – Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

**“ QUILOMBOLA,
EU ACHO QUE É
BOM SER, DESDE O
MOMENTO QUE
VOCÊ SE ACEITA ”**



Daldelice Rocha Souza – Alda
Vice-Presidente da Associação de Mulheres do Tabuleiro da Vitória

“SER QUILOMBOLA,
PRA MIM, É
O MAIOR ORGULHO
QUE EU TENHO NA
MINHA VIDA”

Nilton Antônio Nogueira Silva – Seu Nico
Ostreicultor/Liderança da Comunidade Dendê

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Vinculada ao Ministério da Cidadania, a Fundação Cultural Palmares, fundada pelo Governo Federal em 22 de agosto de 1988, foi a primeira instituição voltada para promover e preservar a arte e cultura afro-brasileira.

A Fundação Cultural Palmares é responsável pela emissão da certificação das comunidades remanescentes de quilombo, documento que reconhece seus direitos e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal, respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Até fevereiro de 2019, foram certificadas 2715 comunidades. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019).

O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE

As comunidades quilombolas da Baía e Vale do Iguape estão localizadas na zona rural e ribeirinha do município de Cachoeira, na Baía do Iguape, que faz parte do complexo de baías dos municípios do entorno da Baía de Todos os Santos. Estão no Território de Identidade do Recôncavo, na Zona Turística Baía de Todos os Santos, na Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos e no entorno da Reserva Extrativista Marinha do Iguape.

MAPA

O mapa foi elaborado pelo Grupo de Jovens do Monitoramento Socioambiental dos Territórios Quilombolas do Vale do Iguape, acompanhado pelo professor da UFRB, Marcelo Araujo.

A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE

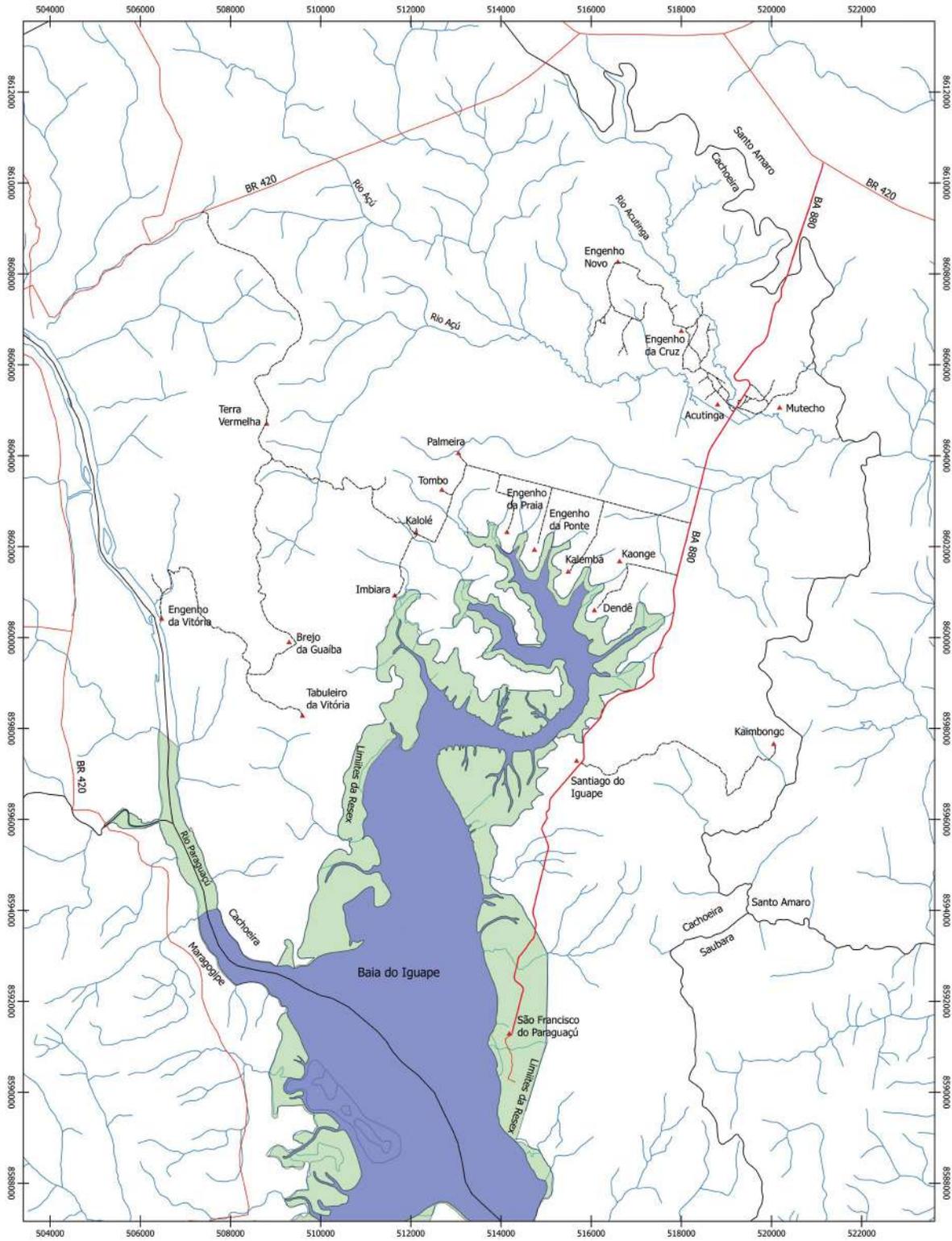
A Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape é uma unidade de conservação federal do Brasil, criada por decreto presidencial em 11 de agosto de 2000 numa área de 8.117 hectares no estado da Bahia.

A criação desse tipo de área protegida, as RESEX, tem como objetivo a proteção dos meios de vida e da cultura das populações extrativistas tradicionais que residem na região, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais. As populações que vivem nessas unidades possuem contrato de concessão de direito real de uso, tendo em vista que a área é de domínio público, e participam de sua gestão através do Conselho Deliberativo.

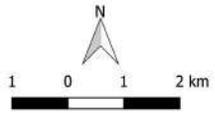
A visitação é permitida, desde que compatível com os interesses locais e com o disposto no plano de manejo da unidade, enquanto a pesquisa é permitida e incentivada, desde que haja prévia autorização do Instituto Chico Mendes pela Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela gestão das áreas protegidas federais.

Territórios Quilombolas do Vale do Iguaçu

Cachoeira - Bahia



- ▲ Comunidades Quilombolas
- Baía de Todos os Santos - Baía do Iguaçu
- Resex da Baía do Iguaçu
- Rodovia BA 880 / BR 420
- Estradas, caminhos e ruas



Territórios Quilombolas do Vale do Iguaçu
 Projeto Terra de Direitos - Grupo de Jovens para o Monitoramento Ambiental

Maio 2018
 Projeção UTM Zona 24 S
 Datum SIRGAS 2000



1
1



Não existe uma base cartográfica precisa de todo o perímetro do território quilombola, pois os processos de regularização fundiária, de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ainda estão em curso.

Estima-se neste território a presença de cerca de 2.864 famílias, alcançando uma média de 10.310 habitantes. (VIANA, 2018).

Esta região do Recôncavo Baiano é denominada zona do açúcar, onde predominou a exploração da cana de açúcar, e seu beneficiamento em engenhos, e posteriormente em usinas, entre os séculos XVI e XX, da pesca e da agricultura familiar, com pequenos cultivos e criações.

Compartilhando uma história comum, as comunidades são guardiãs das próprias histórias, tradições e cultura, mantendo em seus nomes heranças das línguas africanas. No último capítulo, dedicado à educação patrimonial, são citadas algumas das celebrações e festas tradicionais das comunidades, bem como as ruínas de antigas estruturas dos séculos passados.

DO PASSADO AO PRESENTE

SINTESE SOCIOECONOMICA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA BACIA E VALE DO IGUAPE

Por Rosane Viana¹

A chegada do dendê no Recôncavo da Bahia se deu em meados do século XVI, período de construção dos primeiros engenhos, provocando o desmatamento de grande parte da Mata Atlântica que cobria toda região, para a utilização do solo na plantação de cana de açúcar, e de outras intervenções resultantes da cultura. O Recôncavo, por apresentar características básicas, favoreceu, por mais de três séculos, o grande tripé: latifúndio – monocultura – escravidão, a combinação perfeita à época, para o modo de produção com a exploração escrava. Segundo Freire, conforme citado por Barickman (2003, p. 27) estes três elementos definiram o modelo de sociedade agrária que surgiu na década de 1930, que floresceu

¹ Rosane Viana Jovelino – Bacharela em Administração em Finanças pelas Faculdades Integradas Olga Mettig – Ba, especialista em Gestão Estratégica Pública para Governantes pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Quilombola ativista – membro do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape (CQBVI).

AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO IGUAPE

Compõem o território do Iguape 17 comunidades: Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Kalole, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória/Terra Vermelha, Tabuleiro da Vitória, Tombo/Palmeira, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo da Guaíba, Mutecho/Acutinga, São Francisco de Paraguaçu, Santiago do Iguape.

nas regiões do Nordeste brasileiro e só entrou em declínio entre meados do século XVI e o final do século XIX. (BARICKMAN, 2003, p. 27). O trabalho com a cana de açúcar era todo feito pela exploração da mão de obra de africanos/as escravizados, trazidos de várias partes do continente, que viviam em sua situação de penúria alimentar, agregavam o dendê à sua alimentação.

Com o fim da escravidão e o declínio do ciclo econômico, as pessoas escravizadas foram abandonadas sem nenhum direito ou apoio socioeconômico do Estado, jogados à própria sorte. Desde aquela remota época, até os dias de hoje, as comunidades quilombolas da Bacia do Iguape, trabalham no cultivo e beneficiamento do dendê, de forma artesanal, herdada dos seus ancestrais.

Desafio para a sobrevivência

Na década de 1970, foi instalada no território, a primeira agroindústria beneficiadora de dendê do estado da Bahia, a OPALMA, Óleos de Palma S/A. A partir de então, surgiram os primeiros plantios de palmeiras de dendê, em nível industrial, substituindo o plantio de cana de açúcar por um grande plantio de dendê tenera, abrindo vagas de emprego para centenas de pessoas. No final da década 1970, e início dos anos 1980, já nas mãos dos latifundiários, 90% da plantação do dendê tenera e das palmas nativas foram destruídas para o plantio da cana de açúcar, culminando com a demissão dos funcionários da fábrica de azeite de dendê.

Para manter o extrativismo do dendê, a comunidade quilombola passou por vários desafios. A permanência dos 10% do plantio de dendê, que restou nessa transição, foi preservada, através de luta e organização das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, através do Conselho Quilombola que travou um conflito com a Usina, ganhando na justiça, o direito de fazer o extrativismo do dendê, mantendo as tradições de seus ancestrais.

A mobilização e luta das comunidades, aproveitando as potencialidades locais, deram início à criação de novas alternativas, visando à sustentabilidade e o desenvolvimento das comunidades.



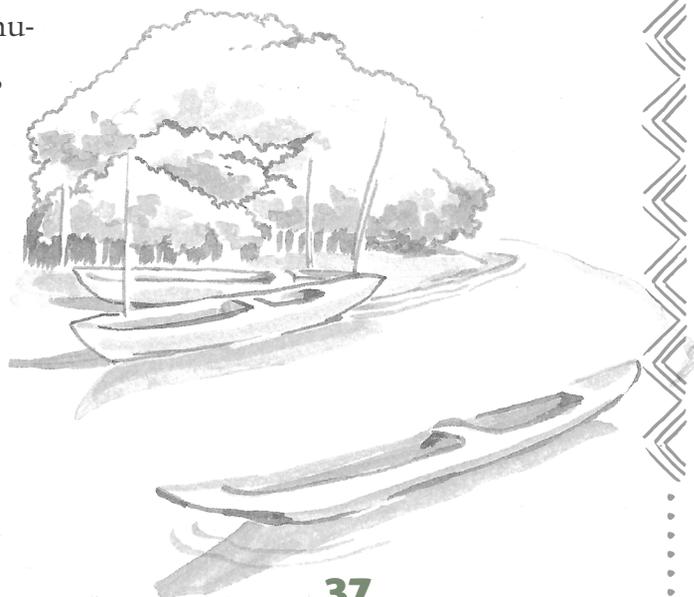
Em 2007, o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape aprovou a aplicação de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com um grupo de jovens e lideranças quilombolas, com visitas a 350 domicílios, realização de 16 reuniões comunitárias, entrevistas com 498 pessoas envolvidas com agricultura familiar quilombola, com extrativismo, apicultura, do qual emergiu o primeiro retrato local, e mais profundo do perfil quilombola, gerando a transparência da realidade e das carências que deveriam ser enfrentadas por todas as comunidades. Identificou-se que a maioria das chefias de domicílios quilombolas, encontrava-se na faixa de renda com menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal. As atividades do extrativismo de mariscos, e coleta do abandonado plantio de dendê para beneficiar como azeite comestível, agregavam algum valor adicional à baixa renda familiar.

O ambiente estuarino da Bacia do Iguape, comprometido com interferências da construção da barragem da Pedra do Cavalo, a despeito do extenso manguezal, e o comportamento irregular da Hidrelétrica Pedra do Cavalo administrada pela Votorantim, implicaram liberação de volumes significativos de água doce, e diminuição na oferta de pescado e mariscos, situação que se agravou com a construção do estaleiro da Enseada do Paraguaçu, em São Roque – Maragogipe, afetando a atividade pesqueira, com a redução do potencial de captura, e a consequente influência negativa para a renda familiar das comunidades. Constatada a redução de condições ambientais favoráveis à sustentabilidade das comunidades, o Conselho Quilombola deliberou indicações de projetos, ações e alternativas para minimizar o impacto da presença de interesses privados e públicos, na exploração do manancial dos recursos naturais. Após a deliberação a comunidade executou, com esforços próprios, diversas ações para o enfrentamento das problemáticas e, acumuladas as experiências, pautou, perante a iniciativa privada e o poder público, pedidos de apoio para seus projetos, desde que respeitadas as escolhas e experiências comunitárias. Dessa forma, surgiram projetos que tiveram apoio de recursos públicos, oriundos de programas governamentais, a exemplo do turismo étnico de base comunitária, precedido de estudo de sua viabilidade econômica, núcleo de artesanato etc., estudos e classificação do extrativismo (ostra e sururu), com a implantação do núcleo de ostra em criatório e estudos da comercialização de peixes e mariscos (ostra, sururu), todos de iniciativa comunitária, também lograram apoios de verbas e pesquisa públicas. Na ordem do dia, o Conselho tem se

dedicado a aprimorar o debate em torno da distribuição dos produtos e as deliberações apontam para o aprimoramento dos estudos de viabilidade do potencial produtivo, e implantação do plano de distribuição, com inserções em dinâmicas, desenvolvidas na economia solidária.

Com a mobilização e luta das comunidades, diante do quadro em um ambiente com muitas potencialidades de produção, o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, volta a pautar novas alternativas. Com apoio de parceiros de instituições públicas realizaram pesquisas do potencial produtivo e econômico dessas comunidades, propondo-se a implantar núcleos produtivos: dendê, plantas nativas, apicultura, pesca e marisco, de agricultura, ampliação do núcleo de ostra, artesanato e turismo, como meio de fortalecimento da organização das práticas produtivas das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape. Busca-se aproveitar os fatores endógenos, no sentido de que o desenvolvimento seja baseado no uso racional dos recursos, e fatores de produção que os pescadores, marisqueiras, agricultores e cultivadores/as de ostras dispõem, proporcionando-lhes novos conhecimentos tecnológicos compatíveis com a realidade local, capazes de superar a baixa produção e produtividade, e maior incremento de renda com o processo de verticalização da produção e comercialização coletiva dos produtos das comunidades, a partir de padrões sustentáveis.

Essas estratégias e projetos que assumem o desafio de articular a formação e qualificação profissional adequadas aos estágios dos núcleos de produção, formados a partir das comunidades quilombolas, culminarão na promoção e garantia da sustentabilidade e desenvolvimento, à luz da mudança e transformação social da realidade local, das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, buscando ser um contraponto à desigualdade e à marginalização, produzidas pela competição e relações de subordinação características do modo vigente de produção capitalista.



SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS HOJE E NO PASSADO

Por Ananias Viana²

A “economia quilombola” tem profundas relações com a economia solidária!

Enfoque 1

Antes da abolição da escravatura, os escravizados eram alimentados porque os senhores de engenhos precisavam de braços fortes para trabalhar em suas lavouras de cana de açúcar, como também, para serem comercializados.

Logo após a falsa abolição, deixaram os escravizados totalmente abandonados, sem saúde, educação, sustentabilidade e qualquer outro tipo de condições humanas. No entanto, os nossos ancestrais, por meio dos seus saberes, das formas de organizações coletivas, começaram a desenvolver tecnologias sociais de diversas modalidades e áreas, como: agricultura limpa e saudável, a pesca e a mariscagem, medicina tradicional, casas de palha e de taipa, e tantas e outras.

A organização coletiva nas comunidades, e o diálogo em roda de prosa, favoreceram os trabalhos coletivamente, e a criação tecnológica que foram essenciais para o aumento da produção, e para que todos se sentissem satisfeitos com o que produziam e atendiam a comunidade.

² Articulador político social das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape.

Enfoque 2

Contrastando aquele tempo com a realidade atual, observamos uma sociedade globalizada, onde dois terços da população vivem abaixo da linha da pobreza, em locais onde o acesso ao trabalho, à educação e à saúde é uma dificuldade constante. Nesse sentido, torna-se necessário implementar políticas que favoreçam o desenvolvimento dessas localidades.

Atores sociais, instituições, universidades são cruciais na tentativa de encontrar soluções para essas desigualdades. Urge fomentar a organização de empreendimentos solidários capazes de promover a melhoria das condições de vida das pessoas, e conseqüentemente o desenvolvimento local, municipal e territorial. Só assim se conseguirá combater as desigualdades sociais, distribuindo por igual terra, emprego, trabalho coletivo e condições de vida.

Enfoque 3

Nos quilombos da Bacia e Vale do Iguape as comunidades sempre vem buscando integrar o passado ao presente, no sentido de valorizar o legado histórico da forma de trabalhar coletivamente. Assim, foi possível realizar a produção e a gestão dos empreendimentos, formar e organizar os núcleos produtivos, de forma a superar as dificuldades, transformando a realidade local de pobreza em que se encontravam. Esses núcleos produtivos são: os ostreicultores, com a maior produção de ostras do estado da Bahia; os produtores de mel de abelha; de artesanatos diversos; de azeite de dendê; uma unidade de beneficiamento de pesca e mariscagem, com destaque para a criação de um banco solidário que circula a sua própria moeda, o Sururu.

Nas comunidades mantêm-se as tradições de: mutirões ou adjutórios, trocam-se produtos, tomam-se produtos emprestados para pagar depois, compra-se e vende-se produtos nas/das próprias comunidades, e se produz e comercializa coletivamente, mantendo, portanto, os saberes e aprendizados ancestrais.

Enfim, os princípios da economia solidária se identificam e dialogam com a cultura, com a tradição, com os saberes e os fazeres presentes no desenvolvimento socioeconômico das comunidades quilombolas!

A economia quilombola tem profundas relações com a economia solidária.

RODAS DE SABERES E FORMAÇÃO

METODOLOGIA AFIRMATIVA, FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS, CURRÍCULO E FORMAÇÃO IDENTITÁRIA

Rita de Cássia Dias Pereira Alves e Cláudio Orlando Costa do Nascimento¹

Rodas de Saberes e Formação (RSF) é uma metodologia de ação, uma tecnologia pedagógico-cultural, que emerge das vivências e experiências de formação no Recôncavo. Foi por meio desse recurso que se guiou o processo de construção deste *Almanaque Pedagógico*.

Partimos desses referenciais tradicionais da cultura de matriz africana, onde a circularidade é uma característica marcante, presente nas rodas de samba, de capoeira, de conversa, das irmandades, dos xirês e das giras das religiões afro-brasileiras e indígenas, para exercitar a concepção das “culturas em roda”, construções contextualizadas, situadas historicamente, como patrimônio sociocultural, integrando-as como *modo de fazer*, à educação formal, ao currículo e à formação acadêmica no Território do Recôncavo.

As RSF são práticas pedagógicas, formas de construir e fazer circular conhecimentos, pensamentos, modos de vida, perspectivas culturais, concepções e entendimentos demarcados pelas características étnico-raciais, socioambientais, culturais e históricas nas quais os agentes aprendentes convivem e atuam, que valorizam as experiências pessoais, intergeracionais e sociais, e reconhecem os contextos sociais e territoriais da formação cultural dos sujeitos.

As RSF são ambientes colaborativos, não hierarquizados, de troca, cooperação e respeito, que são organizados de modo a promover um ambiente constitutivo

¹ Docentes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

do pensar e agir, que visa à possibilidade de contribuir para a superação das formas conservadoras e discriminatórias de relação na construção do conhecimento. Pode ser utilizada como um dispositivo de ensino, de aprendizagem e/ou de monitoramento e avaliação em sala de aula.

As RSF propiciam reflexões coletivas, dialogadas com fala e escuta, de forma horizontalizada, nas quais todas e todos os participantes da roda, socializam de forma generosa, comprometida e solidária, as informações, impressões, conhecimentos, sentimentos, questionamentos, experiências e vivências acerca dos temas abordados, comprometendo-se mutuamente e em corresponsabilidade, pelas compreensões às quais se chegue ao final do diálogo na roda.

É importante destacar que ao findar-se uma RSF não é uma pessoa que é a proprietária da ideia, ou da conclusão à qual se chegou, mas sim, todo o coletivo que dela participou. Essa metodologia permite uma partilha honesta de conhecimentos, e uma construção coletiva real e efetiva.

Nas RSF as questões são abordadas a partir da sistemática dos diálogos, que inclui relatos de experiências, saberes práticos e conceituais, que preservam e atualizam métodos e sentidos culturais, através da produção e partilha. Essa perspectiva compreende as “Vivências de Investigação Cultural”, que buscam conhecer as tradições, as histórias orais/locais, e as manifestações artísticas, experimentar as vivências lúdicas, os hábitos e costumes tradicionais da região, do território, perscrutando a penetração de cada um desses aspectos, conforme as narrativas dos/as participantes da roda.

Relatos sobre as trajetórias e experiências nas famílias, nas ações cotidianas individuais, nas escolas, nos ambientes de convívio comunitário e social, e nas relações interpessoais entre os/as participantes, identificando aspectos étnico-raciais dessas heranças culturais e sua relevância para a constituição das identidades pessoais são absolutamente relevantes na roda, e devem ser acolhidos com especial interesse. Assim, a partir da experiência individual e sua abrangência coletivo-relacional, estudam-se a constituição das culturas étnico-racialmente referenciadas, demarcadas nos processos de subjetivação e formação de identidades negras.

As RSF integram referenciais políticos, históricos e geográficos, baseados na produção de sentidos atribuídos pelos/as diferentes participantes, o que promove o que se chama de coautorias do pensamento, uma forma coletivizada de



1
1



autoformação (formo a mim mesmo), hetero-formação (formo ao/à outro/a) e eco-formação (formação de um coletivo de pessoas), agregam e potencializam sentidos encruzilhados, interdependentes e complementares, que são agrupados conforme os níveis de implicação, as intencionalidades e interações produzidas pelos/as participantes.

As RSF propiciam abordagens teórico-metodológicas multirreferenciais e interdisciplinares, com origem em diferentes matérias/disciplinas/áreas do conhecimento, promovem conexões de saberes práticos e teóricos, ao mesmo tempo em que são valorizadas as diferentes experiências e fontes de saber e conhecimento, implicados aos seus/suas autores/as e contextos socioculturais, podendo servir para abordar experiências e vivenciais interculturais.

As RSF constituem-se como uma forma de promoção do protagonismo, da fala com autoria própria, sendo, portanto, uma metodologia emancipatória no campo do currículo, e da formação, podendo ser utilizada nos diferentes níveis da educação escolar, assim como para a formação de professoras e professores e agentes culturais.

Ressalte-se o princípio ético e político dessa tecnologia pedagógica, que destaca a importância do reconhecimento e valorização de todos os saberes circulantes, mas em especial, favorece práticas educacionais e de formação que promovem a diversidade e agem diretamente contra o racismo, a opressão e subalternidade, relativas às expressões de saberes e fazeres culturais.

COMO FUNCIONA A RSF?

1. Organização do ambiente físico

- a) reúna em uma roda todas e todos os participantes;
- b) solicite que cada um/a se apresente. Devem ser socializados os dados mais gerais de cada pessoa. Em sala de aula, onde todas e todos já se conhecem, a apresentação deve incorporar um dado novo da identidade, por exemplo: o tipo de brincadeira/jogo que mais gosta, onde nasceu, características da família (quantos irmãos tem, nomes dos pais etc.);
- c) apresente o motivo da reunião em roda, descrevendo a metodologia das RSF, e o tema que será problematizado e compartilhado.

2. Organização da gira (dinâmica de fala durante a roda)

a) informe que todas as falas serão acolhidas, e que se buscará ao máximo uma mediação espontânea, ou seja, que cada um/a que deseje falar, faça uma sinalização levantando a mão, e à medida que o/a outro/a conclua, inicie a sua fala.

Isso demanda e fomenta a atenção à conversa, respeito à fala do/a outro/a, e o exercício efetivo da circularidade.

Informe que, se houver necessidade de organizar a sequência das falas, o/a professor/a atuará para definir a ordem das falas. Mas, somente extraordinariamente.

Em grupos de crianças esta será uma tarefa desafiadora nas primeiras ocorrências da roda, mas à medida que for sendo regularmente realizada, o aprendizado se constituirá, e a autorregulação se tornará mais fácil.

3. Apresentação do tema para a Roda

a) o tema a ser socializado na roda deve ser apresentado por um/a dos/as participantes, podendo ser o/a próprio/a professora professor, ou algum/a dos/as estudantes;

b) a apresentação deve sempre conter a justificativa da escolha daquele assunto, informações preliminares, gerais sobre o tema, e a impressão pessoal de quem apresenta.

Essa “impressão pessoal” pode ser um relato de experiência, uma opinião, uma história que a pessoa queira partilhar etc., ou seja, é o saber que a pessoa tem sobre aquele assunto. Não se diferenciando em grau de relevância ou de legitimidade, se é um saber tradicional, vivencial ou científico. Todo saber é válido e desejado para ser compartilhado na roda.





4. Sistematização final da Roda

Deve-se escolher dois ou mais participantes da roda para realizar uma síntese dos diálogos, registrando para o grupo ao final, as conclusões a que se chegou pela socialização.

Ao final, cada participante da roda, deve dizer o que aprendeu, e como se sente.

A roda é uma experiência de partilha e acolhimento, deve sempre ser encerrada com uma prática de reciprocidade e afeto, podendo ser uma canção, uma saudação compartilhada, ou outra qualquer expressão proposta e aceita pelo grupo.

5. Duração da roda

A roda deve durar o mínimo de 60 minutos, de modo que todos/as possam se expressar.

Ela pode ser realizada em etapas, com igual duração, se o tema abordado, e/ou o grupo assim requisitar.

As RSF podem ter sua sistemática livremente adaptada a cada contexto, às finalidades e intenção de sua utilização, devendo cada nova adaptação ser socializada de modo a diversificar o seu uso.

No contexto da educação quilombola, os marcos identitários são importantes para a definição da intencionalidade da roda. Os marcos da identidade quilombola correspondem às matrizes de origens africanas e afro-brasileiras. Inclui e integra fundamentos históricos, socioculturais, materiais, simbólicos, representativos das relações de saberes/fazeres e poderes locais/globais que mobilizam os/as participantes da roda.

CURRÍCULO EM FORMAÇÃO

O trabalho coletivo dos autores deste Almanaque converge para a possibilidade de repensarmos e reconstruirmos os currículos e as práticas de formação das escolas. Esse tem sido o desafio decorrente da conquista e implantação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola, que impactam na educação das relações étnico-raciais, na história africana e cultura afro-brasileira. Temas do currículo em formação na educação quilombola implicam eleger conteúdos, abordagens, experiências que correspondam aos princípios e diretrizes, às funções e aos objetivos da formação escolar, contemplando os eixos comuns e diversificados do currículo escolar.

Trata-se de fomentar nas escolas um trabalho pedagógico compartilhado, de formação continuada de professoras e professores, de didática e prática de ensino, associado à possibilidade de consultas e de inclusão contínua das contribuições das professoras, dos professores, dos/as estudantes e das comunidades.

Apresentamos um conjunto de temas e de atividades pedagógicas construídas pelas professoras e professores, nos formatos de projetos didático-pedagógicos – unidade temática (**história e cultura ancestral; identidade negra; preconceito, racismo e discriminação**), de planos de ensino (**saúde da população negra**) e de projeto anual (**educação patrimonial**).

Esse quadro pedagógico busca contribuir para a organização das atividades escolares, incentivando outras experiências de construção coletiva de currículo e formação, de projetos e planos de ensino.

As atividades sugeridas aqui não são práticas diretivas, nem cartilhas de orientação sequencial de práticas de ensino: são sugestões de atividades que asseguram a diversidade de concepção e forma, cabendo a cada professora e professor contextualizar, adaptar e complementar conforme sua realidade de projeto-político pedagógico e de sala de aula, assim como materiais, livros e acervos disponíveis.

HISTÓRIA E CULTURA ANCESTRAL

PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

UNIDADE TEMÁTICA

Enfoques	História e cultura ancestral Família negra afro-brasileira Espiritualidade e religiões afro-brasileiras Combate à intolerância religiosa
Unidade Escolar proponente	Escola Cosme e Damião, Comunidade Quilombola do Kaonge ¹
Interdisciplinaridade	Português, matemática, geografia, história e ciências da natureza
Metodologia	Aula expositiva dialogada, rodas de saberes e formação, pesquisa orientada (teórica e empírica), geração de produto pedagógico (escrito, artístico, ciber cultural)
Recursos	Revistas, jornais, mapas, sites, aplicativos, materiais didáticos, livros. Computadores, impressoras, máquinas fotográficas, projetores multimídia, filmadoras etc
Duração	A ser definida conforme planejamento pedagógico da turma

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A memória, história e cultura ancestral têm grande relevância para as comunidades quilombolas. A preservação de valores, saberes, fazeres, práticas religiosas e outras expressões culturais decorrem dessas lembranças, do que foi herdado dos antepassados, do legado deixado pelos nossos ancestrais. Assim, hoje se busca o passado para atualizar o presente.

Esse tema é importante para a educação quilombola, para unidades educacionais localizadas em territórios e ambientes quilombolas, que constroem pedagogias próprias em respeito às especificidades culturais e étnicas de cada comunidade, tanto para os/as estudantes, como para a formação de seu quadro docente.

Esses referenciais baseiam-se nos princípios constitucionais, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a

¹ Autoria: Profª. Juvani Viana, Andreza Viana, Adriana Viana, Rosângela Viana, Jucilene Viana, Ananias Viana, Rosane Viana, Ângela Viana

educação escolar quilombola, valorizando a diversidade cultural e a formação do indivíduo como cidadão/ã, com ênfase na realidade local.

Compreende-se como família negra afro-brasileira, as famílias quilombolas que são formadas e caracterizadas conforme as vivências históricas e socioculturais dos nossos antepassados que conquistaram a condição de libertos e de agrupamento em territórios comunitários quilombolas, por meio de muita luta e resistência.

Este projeto busca reconhecer, valorizar e afirmar por meio de ações pedagógicas as famílias quilombolas integradas às escolas quilombolas, como forma de fortalecimento mútuo, assim como de todo o território quilombola.

Temos como tarefa a realização de revisões das práticas pedagógicas das escolas quilombolas, dos currículos, das disciplinas, das experiências de formação de professoras e professores, de forma a reparar as desigualdades raciais, sociais, de promover relações étnico-raciais com vistas a combater a intolerância religiosa e o racismo institucional, notadamente em relação à espiritualidade e religiões afro-brasileiras.

OBJETIVO GERAL

Fortalecer as memórias, história e cultura ancestral, as heranças, os legados, os saberes e fazeres do povo negro, desenvolvendo ações pedagógicas integradas aos propósitos da formação identitária quilombola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear saberes, fazeres, experiências que tratam das memórias, histórias e culturas ancestrais;
- Abordar a temática da espiritualidade, das religiosidades afro-brasileiras, valorizando os aspectos socioambientais, culturais e combatendo as intolerâncias religiosas e o racismo institucional;
- Promover o conhecimento e a valorização das histórias e das representações relativas às famílias negras, destacando aspectos históricos e socioculturais;
- Fortalecer a identidade quilombola partindo das heranças culturais, dos saberes e fazeres dos ancestrais através de práticas pedagógicas reparatórias;
- Levantar atividades culturais e econômicas quilombolas para fins de desenvolvimento da prática pedagógica educacional.





CONTEÚDO

- História e cultura ancestral;
- Família negra afro-brasileira;
- Espiritualidade e religiões afro-brasileiras;
- Combate à intolerância religiosa.

METODOLOGIA

O projeto pedagógico de valorização e fortalecimento dessas concepções pedagógicas corresponde às expectativas das comunidades quilombolas. Faz-se necessário integrar cada vez mais a educação formal, os currículos e a formação escolar aos eventos comunitários, que em geral são: feiras, seminários, reuniões comunitárias, audiências públicas, rodas de saberes e manifestações.

Essa conexão valoriza as experiências de vida dos/as professoras e professores, dos estudantes e de seus familiares, enfim, as lutas, resistências e conquistas individuais/comunitárias. Queremos, deste modo, formar cidadãos quilombolas com dignidade, identidade e projeto de futuro.

Destacamos o papel da metodologia de práticas colaborativas e coletivas para favorecer a construção da identidade quilombola, o direito de apropriação dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo a contribuir para o seu conhecimento, valorização e continuidade da cultura, dos saberes e fazeres de seus ancestrais.

O projeto de educação diferenciada das escolas quilombolas tem ênfase em aspectos importantes na questão da metodologia de ensino: os temas geradores de práticas, assim como teorias e prática que implicam em participação coletiva. Nesse sentido, concebemos a formação por meio das temáticas: história e cultura ancestral; família negra africana e religiosidade de matriz africana, de forma a contribuir com a construção da história, da memória e da identidade quilombola.

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

O desenvolvimento das atividades contempla a interdisciplinaridade, os enfoques e os conteúdos relativos à história e cultura ancestral; família negra afro-brasileira; espiritualidade e religiões afro-brasileiras; combate à intolerância religiosa.

Enfoque 1: História e cultura ancestral

OBJETIVOS

Identificar os métodos pedagógicos que serão aplicados para os alunos adquirirem conhecimento sobre história e cultura ancestral, família negra e religiosidade afro-brasileira.

Identificar as noções, os conceitos de quilombo a partir das experiências e atividades realizadas.

ATIVIDADES

- Roda de Saberes e Formação (RSF);
- Exibição dos documentários: *Quilombos da Bahia* (Antônio Olavo) e *Os Quilombos do Iguape – uma história de vida, de terra e de direito* (Lula Oliveira);
- Elaboração de um questionário de pesquisa para descobrir a origem familiar dos alunos;
- Desenvolvimento de uma roda com contação de história ancestral local, para fortalecer o conhecimento advindo na pesquisa;
- Construção de uma árvore genealógica individual familiar dos/as estudantes, com a participação da família na escola, abordar os aspectos sócio-históricos das famílias negras brasileiras;
- Levantamento dos terreiros de matrizes africanas das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape;
- Intercâmbios das escolas com os terreiros de religião de matrizes africanas da Bacia e Vale do Iguape. (Conhecer a história, ritmos, cânticos, comidas, vestes, calendários de festa, uso das ervas e das águas, lideranças religiosas e suas histórias de vida...). Fazer registros mediante autorização.



Enfoque 2: Espiritualidade e religiões afro-brasileiras

OBJETIVO

Desenvolver a leitura e a escrita através de relatório e redação, observando o nível de conhecimento dos/as estudantes, sobre o conteúdo estudado, assim como analisar aspectos de correção ortográfica, organização e desenvolvimento.

ATIVIDADES

- Roda de Saberes e Formação (RSF);
- Diálogo com a turma sobre o documentário *Quilombos da Bahia*;
- Confecção de cartazes mapeando os tópicos da realidade ancestral relatados no documentário *Quilombos da Bahia*;
- Construção de redação de acordo com os tópicos selecionados no cartaz;
- Relatório do intercâmbio realizado nos terreiros de matrizes africanas, levando-se em consideração as percepções dos/as estudantes;
- Construção de cartilha informativa sobre a história, ritmos, cânticos, comidas, vestes, calendários de festa, uso das ervas e das águas dos terreiros de matriz africana.

Enfoque 3: Comunidades negras e territorialidade ancestral

OBJETIVO

Conhecer as comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, identificando seus aspectos físicos, culturais, econômicos, sociais e ambientais.

ATIVIDADES

- Roda de Saberes e Formação (RSF);
- Discussão sobre a história do lugar, ressaltando a sua construção, localização e transformação da/na comunidade;
- Pesquisa dos tipos de solo das comunidades quilombola da Bacia e Vale do Iguape;

- Estudo do clima predominante nas comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape;
- Mapeamento das organizações comunitárias, conhecer seus históricos e atuações;
- Realização de diagnóstico da biodiversidade local;
- Pesquisa dos meios de sustentabilidade das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape;
- Diálogos sobre a titulação de território quilombola e a importância da valorização dessa identidade;
- Mapeamento das paisagens e suas transformações.

Enfoque 4: Combate à intolerância religiosa

OBJETIVO

Valorizar os elementos da natureza e a sua importância para o desenvolvimento das comunidades quilombolas, para as religiões de matriz africana, despertando nos alunos o respeito, a coletividade e a preservação do meio ambiente.

ATIVIDADES

- Realizar a Roda de Saberes e Formação (RSF);
- Mapear as nascentes existentes nas comunidades quilombolas, apontando a importância da água para a nossa vida, para as plantações e bem como para seus estados físicos;
- Visitar nascente de água, registrar situações de poluição e do desmatamento dos rios;
- Atividade com os quatro elementos da natureza (água, terra, fogo e ar), para identificar a importância, os impactos ambientais, assim como para conhecer as relações dos elementos para as religiões de matrizes africanas;
- Ouvir a música “Tim, tim, tim no canal de Naná”, de autoria de Ananias Nery Viana, para trabalhar a preservação e conservação do manguezal como espaço de sustentabilidade, e religiosidade.





○ CAMINHO DA TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

1

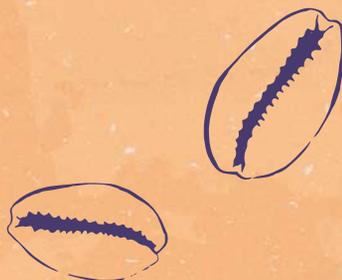
AUTODEFINIÇÃO QUILOMBOLA

A comunidade quilombola, assim como qualquer outro grupo social, tem direito à autodefinição. Para regularizar seu território, o grupo deve apresentar ao Incra a Certidão de Autorreconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares.

2

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO (RTID)

A primeira etapa da regularização fundiária quilombola consiste na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), visando o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O RTID tem como objetivo identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de quilombo.





3

PUBLICAÇÃO DO RTID

Os interessados terão o prazo de 90 dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID junto à Superintendência Regional do Incra, juntando as provas pertinentes. Do julgamento das contestações caberá recurso único ao Conselho Diretor do Incra Sede, no prazo de 30 dias a contar da notificação.

4

PORTARIA DE RECONHECIMENTO

A fase de identificação do território encerra-se com a publicação de portaria do presidente do Incra que reconhece os limites do território quilombola no *Diário Oficial da União* e dos estados.

5

DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO

No caso em que há imóveis privados (títulos ou posses) incidentes no território, é necessária a publicação de decreto presidencial de desapropriação por interesse social (Presidência da República).

6

TITULAÇÃO

O presidente do Incra realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. É proibida a venda e penhora do território.

- Levantamento das espécies de mariscos e pescados existentes no manguezal da Bacia e Vale do Iguape com o objetivo de identificar as que estão em extinção, causas e consequências.
- Realizar uma campanha com foco na preservação dos rios e manguezais (elaboração de cartazes, palestras, feira de conhecimento, fazendo a correlação do passado com o presente).

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Elaboração de relatórios e de outros produtos para a sistematização dos trabalhos nas modalidades individual e coletiva, de forma a acompanhar e contribuir com os processos didáticos, de ensino e aprendizagem, de formação ampla, contextualizada e coletiva. Os/as estudantes e professoras e professores constroem juntos os objetivos e os critérios de acompanhamento da avaliação, evidenciando assim, sua natureza processual.



Fonte: Acervo Cecvi

CAMINHADA ANCESTRAL

Por Ananias Viana

“Com o fim da escravidão largaram nossos ancestrais, sem qualquer tipo de direito, às margens dos manguezais, matas e rios. A única saída para superar as dificuldades foi trabalhar coletivamente para o sustento de suas famílias. Naquela época, não existiam estradas para o escoamento de suas produções, a maneira encontrada foi colocar as cangaias e cofas nos lombos dos animais, colocar as suas mercadorias e sair às 4h da manhã, mata adentro, para ir vendê-las no povoado de Acupe – Santo Amaro, e em outras localidades.

Eu, Ananias Viana, quando tinha 13 anos de idade, juntamente com minha irmã mais velha Juvani Viana, o rezador Senhor Catarino Costa (*In Memoriam*) e tantos outros, fizemos esse percurso do Kaonge até Acupe várias vezes por mês, levando mercadoria para vender nas casas de moradores e estabelecimentos.

Como forma de preservar esse marco de resistência e luta, em 2011, um grupo de jovens do núcleo de turismo étnico ROTA DA LIBERDADE, querendo dar continuidade à memória da comunidade, resolve criar a CAMINHADA ANCESTRAL, que ocorre anualmente desde então, sempre no último sábado do mês de janeiro”.

IDENTIDADE NEGRA

PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

UNIDADE TEMÁTICA

Enfoques	Identidade negra Cidadania política de identidade Autoafirmação e identidade negra
Unidade Escolar Proponente	Escola Rural São Paulo, da Comunidade de Terra Vermelha e Escola de Nossa Senhora da Conceição, da comunidade do Kalole ²
Interdisciplinaridade	Português, matemática, geografia, história, ciências, artes e educação física
Metodologia	Aula expositiva dialogada, rodas de saberes e formação, pesquisa orientada (teórica e empírica), geração de produto pedagógico (escrito, artístico, ciber cultural)
Recursos	Revistas, jornais, mapas, sites, aplicativos, materiais didáticos, livros. Computadores, impressoras, máquinas fotográficas, projetores multimídia, filmadora etc
Duração	A ser definida conforme planejamento pedagógico da turma

PROJETO

Conhecendo a história das Comunidades Quilombolas de Cachoeira (BA).

CONTEÚDO

- Identidade negra;
- Cidadania política de identidade;
- Autoafirmação e identidade negra.

OBJETIVO GERAL

Reconhecer as manifestações culturais herdadas de nossos/as ancestrais, nas comunidades quilombolas do município de Cachoeira (BA).

² Autoras/es: professor Tiago Bispo Silva, Ivanilson da Cruz de Assis Costa e Nubia Nepomuceno Costa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Perceber as contribuições dos/as nossos/as ancestrais, como forma de resistência nas comunidades quilombolas do município de Cachoeira (BA);
- Reconhecer a importância de se trabalhar as manifestações culturais em todas as comunidades quilombolas do município de Cachoeira (BA);
- Identificar a predominância das manifestações culturais na formação identitária na formação dos/as estudantes de comunidades quilombolas do município de Cachoeira (BA).

METODOLOGIA

Iniciar pela organização da sala de aula e apresentação do tema para a turma, dando ênfase aos aspectos que valorizam a contextualização, as experiências locais e promovem a interdisciplinaridade.

O diálogo deve propiciar a curiosidade dos/as estudantes, e assim gerar desafios, questionamentos e reflexões.

As professoras e os professores devem adotar estratégias metodológicas dinâmicas e interativas, promovendo as seguintes atividades:

- Rodas de Saberes e Formação;
- Aula expositiva dialogada;
- Leitura e interpretação de imagem;
- Discussão de vídeo;
- Leitura de reportagens e documentos referentes às comunidades;
- Confeção de cartazes;
- Dramatização;
- Produção de textos coletivos, entre outras.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Elaboração de relatórios e de outros produtos para sistematização dos trabalhos nas modalidades individual e coletiva, de forma a acompanhar e contribuir com o processo didático, de ensino e aprendizagem, de formação ampla, contextualizada e coletiva. Os/as estudantes e professoras e os professores constroem juntos os objetivos e os critérios de acompanhamento da avaliação, evidenciando assim, sua natureza processual.

DESENVOLVIMENTO

1. Calendário das festas

As festas apresentadas são conhecidas de muitas comunidades, vivendo ainda na memória coletiva.

Convidar para descobrir as festas celebradas em suas comunidades, investigar a cultura local, promover a interação intergeracional dos/as estudantes com os mais velhos, descobrir as origens e mudanças que ocorreram, verificar quais repertórios musicais, artísticos estão relacionados às festas, conhecer a culinária típica de cada festejo. Todas essas ações permitem uma aproximação mais experiencial dos/as estudantes com o tema das manifestações culturais e seu valor na formação identitária dos estudantes, pode ser assim viabilizado.

Apresentamos um calendário de festas, elaborado a partir das ocorrências nas comunidades. O calendário poderá ser utilizado para integração do calendário escolar, e para que se incentive a participação, o conhecimento e a divulgação dos festejos, podendo vir a ser ampliado em cada localidade.

JANEIRO

Festa de Reis de Janaína

Comunidade Engenho Novo / Contadoras: Dona Ica e Marciana (*In Memoriam*)

A festa é realizada em janeiro, durante as devoções dos Reis. A comunidade prepara os alimentos, os arranjos e o espaço em uma das casas do local.

Durante a festa referenciam-se os caboclos, denominados Sultão e Janaína, dona das águas, relacionada à Orixá Iemanjá. No altar, estão presentes os caboclos, orixás e santos, aos quais se pede proteção e se agradece com rezas e cantigas.

Finalmente, após a reza, os participantes seguem até a Pedra de Janaína, onde a festa continua, ao som de pandeiros e atabaques.

Trata-se de uma prática religiosa marcada pela junção de ritos ligados à religiosidade afro-brasileira e católica. A comunidade se vale do mutirão quando da organização e realização de práticas tradicionais como a construção de casas, compartilhamento de roças, modos de produção familiar, organização das festividades, organização política, redes de parentesco e demais situações onde o senso de coletividade se faz presente em Engenho Novo.





FEVEREIRO

Festa de São Roque

Comunidade de Engenho da Ponte / Contadora: Selma Santos

A festa acontece todos os anos, no mês de fevereiro, na comunidade do Engenho da Ponte. Começa com a Esmola Cantada, em janeiro, que passa pelas ruas e comunidades dessa Região. Na oportunidade, ocorrem batizados de crianças com a vinda das pessoas que são filhas da comunidade, mas moram fora, e aproveitam para visitar os seus parentes.

A própria origem da festa de São Roque evoca os acontecimentos que marcaram profundamente a comunidade quilombola do Engenho da Ponte, decorrente de atos de devoção relacionados a surtos de varíola, sarampo e catapora, ainda no início do século XX. Nessa comunidade existe uma gameleira e um poço de água curativa, local conhecido pelo nome de “Pé do Velho”, onde os negros escravizados se reuniam para fazer suas rezas, oferendas e outras obrigações rituais. (BASSI; TAVARES, 2017).

Os “antigos” do Engenho da Ponte conta que, todo mês de agosto (mês dedicado ao Omolu, orixá “velho”, associado à cura das doenças e epidemias), aparecia um homem idoso descalço, andando lentamente pela comunidade, com um saco de ‘linhagem’, uma cabaça nas costas, e uma cuia na mão, pedindo esmola nas casas. A grande mortandade de crianças e adultos provocada pelas epidemias, fez com que as pessoas desse lugar reconhecessem naquele velho um sinal da devoção a Omolu, sincretizado, à época, com São Roque. Os moradores se reuniram, então, ao “Pé do Velho” e fizeram uma promessa para São Roque, pedindo para pôr fim à mortandade, e prometendo a realização da festa em seu louvor. (BASSI; TAVARES, 2017).

JUNHO

Trezena de Santo Antonio

Comunidade do Tabuleiro da Vitória

JULHO

Festa do Padroeiro do Iguape
Comunidade de Santiago do Iguape
Contador: Tiago Bispo

Os festejos do padroeiro São Tiago, em festa coletiva, duram quatro dias. No domingo que antecede a festa, os devotos realizam uma Esmola Cantada, para arrecadar fundos para ajudar nos festejos. Um grupo de sambadores e sambadeiras vai às casas, cantando, e em troca o/a dono/a da casa, dá um agrado em dinheiro. Em cada casa são cantadas duas estrofes da música.

Essa tradição precisa de reavivamento nas comunidades, pois as pessoas mais velhas que cantavam estão falecendo. Hoje, ainda contamos com o professor Tiago Bispo Silva, e algumas pessoas da comunidade que ainda mantêm a tradição, e sabem cantar a esmola.

No dia 25 de julho ocorre a missa e o batizado, e pela tarde o povo sai em procissão, carregando a imagem de São Tiago pelas ruas de Santiago do Iguape. Sendo esse um momento de muita fé, emoção e devoção expressas nas cantigas.

AGOSTO

Festejos de São Roque
Comunidade de Santiago do Iguape / Contador: Tiago Bispo

No mês de agosto, a comunidade de Santiago do Iguape faz uma esmola cantada para a realização dos Festejos de São Roque. Esse grupo não tem apoio da Igreja por ser adepto ao candomblé. São filhos de santo e devotos de São Roque que vão nas casas para cantar e pedir contribuições.

CANTADORES

Moradores desta casa São Tiago
chegou veio lhe fazer uma visita
que o soberano mandou.

O POVO RESPONDE

É chegado o dia desta linda flor
São Tiago se alegra quando ele
vê seu louvor.

CANTADORES

É vai a pomba voando
Jesus Maria e José
Adeus até paro ano
Se o mesmo santo quiser.

REFRÃO DO BENDITO DE SÃO TIAGO

Louvores a São Tiago;
Todos nós devemos dá;
Ele é o nosso padroeiro;
Nossa alma é de salvar.

No dia 16 de agosto a missa ocorre no turno da tarde, quando o povo, vestido de branco e descalço, segue em procissão por todas as ruas da comunidade de Santiago do Iguape.

Conforme a tradição, as rezadoras e rezadores, Dona Calu, Tiago Bispo, Quiquir, Toinha saíam cantando os benditos do milagroso São Roque e as pessoas jogavam pipoca no andor de São Roque e São Lázaro, como forma de gratidão.

SETEMBRO

Caruru, festejos a Cosme e Damião

A devoção aos santos São Cosme e São Damião foi trazida ao Brasil pelos portugueses, por volta de 1530, mas fundiu-se com as práticas dos negros e negras, africanos e brasileiros, que cultuam os orixás meninos ou Ibeji.

A prática de oferecer determinados alimentos e/ou comida, tradicional no candomblé, com o passar do tempo, ultrapassou o seu universo do candomblé ritualístico, e ganhou as casas na Bahia. Seja pelo desejo de agradecer conquistas ou por pura devoção e simpatia para com os santos, muitas pessoas ainda cumprem o ritual de oferecer caruru, anualmente, em suas casas, seja como pagamento de promessas, homenagens, celebração de aniversários, casamentos, fato é que oferecer caruru, é uma celebração por si só.

Há uma ritualística na oferta do caruru, que tem em sua fartura, diversidade de elementos que o compõem, uma das principais características dos profundos significados das práticas alimentares para as pessoas negras, em especial, daquelas devotas do candomblé. Servir primeiro a comida dos “santos”, reunir sete meninos/as ao redor de um único e enorme prato, onde se faz a “balbúrdia”, a alegria de compartilhar do mesmo prato, onde se exercita a bondade, a solidariedade, o companheirismo, são características sacralizadas das homenagens aos Ibeji.

A ESMOLA CANTADA

CANTADOR

Quem tiver sua esmola
Não tenha pena de dá
No dia 16 de agosto
A missa vai celebrar
No altar-mor da igreja
Onde Roque está

POVO

Deus vos salve Roque
De Jesus amado

Contra peste e guerra
Foste advogado.

CANTADOR

Não podemos demorar
Para aproveitar o dia
O milagroso São Roque
Fica em sua companhia
Ele é que nos acompanha
Jesus, José e Maria.

Os carurus são banquetes oferecidos na partilha das generosas mesas das famílias negras, nas quais todos que chegarem terão seu quinhão. Segundo o antropólogo Ordep Serra, é uma releitura do povo negro, a respeito do cristianismo, a partir do seu próprio código, de forma inteligente e criativa. Por isso, o culto transcendeu os limites do candomblé.

Cosme e Damião
Vem comer seu caruru
Cosme e Damião
Vem que tem caruru pra tu

São Cosme mandou fazer
Duas camisinha azul
No dia da festa dele
São Cosme quer caruru

vadeia Cosme, vadeia
Tô vadiando na areia...



IBEJI Segunda a lalorixá Mãe Stella de Oxóssi, Ibeji é a palavra usada pelo povo yorubá quando quer referir-se a qualquer gêmeo nascido. Em uma família yorubá, o primeiro gêmeo (Ibeji) nascido se chama taiwo – nasce com a luz; já ao segundo gerado, se dá o nome de kéhindè – sobrevive para unir; a terceira criança que chega ao mundo depois do nascimento de gêmeos é idowu – tem prazer em unir; a quarta criança nascida é alabá – aquela que recebe e aceita os sonhos e visões.

O seguinte mito explica, muito bem, essa relação familiar: Egbé – redemoinho de vento (lansã), mãe de gêmeos (Ibeji) – vivia inquieta e alarmada. Sua casa estava sempre em reforma, porque seus filhos, muitos travessos, gostavam de brincar colocando fogo na casa. Egbé, então, resolveu consultar um babalaô, a fim de tentar uma solução para o problema. Ele aconselhou a mãe dos gêmeos a ter mais um filho. Assim ela fez, e o terceiro filho (idowù) conseguiu com a sua chegada, acalmar os seus irmãos Ibeji. Eles pararam de brincar com fogo e Egbé voltou a ter calma.

Ibeji são crianças que gostam de brincadeiras e doces. Ibeji gosta de quiabo com azeite, gosta de caruru. Afinal, são crianças africanas. São filhos de divindades (Xangô e lansã), sendo também cultuados como divindades. Dar caruru a Ibeji é atrair alegria, inocência, renovação... Enfim, é fazer renascer a cada ano a criança que habita em nós¹.

¹ <http://mundoafro.atarde.uol.com.br/tag/caruru/>

OUTUBRO

Festa da Ostra

Comunidade Kaonge / Contadora: Rosangela Viana

Realizada desde 2009, a Festa da Ostra é uma iniciativa dos núcleos de cultivo de ostras, do Turismo Étnico Rota da Liberdade, e outros núcleos produtivos existentes nas comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape. O principal objetivo é a divulgação, fortalecimento e comercialização dos produtos dessas comunidades. A programação é bastante variada, tendo além das manifestações culturais, música e venda de artesanato local. A festa é também um momento de discussão coletiva das comunidades sobre os resultados alcançados em nível político e de redação da Carta de Demandas.

O evento Festa da Ostra é uma oportunidade concreta, que tem assegurado o fortalecimento da economia local, com agregação de valor ao produto das comunidades quilombolas e tem na sua intenção finalística e metodológica a valorização da cultura local e territorial, através da estruturação do processo produtivo no contexto da cadeia de ostra, indo desde a aquisição da matéria-prima, ao processamento e à comercialização. As atividades de produção são entendidas inicialmente como atividades de valorização do que já se cultiva tradicionalmente, bem como de conservação e preservação ambiental.

NOVEMBRO

O Samba do Beiju com Mel

Comunidade de São Francisco do Paraguaçu / Conversando com Crispim dos Santos (Rabicó) e Ademerval dos Santos (Seu Sumido)

Interlocutora: como começou o samba na comunidade?

Senhor Sumido: pra mim, esse samba começou desde quando eu estava na barriga da minha mãe, eu acho que eu já nasci tocando pandeiro, é nossa cultura!

Interlocutora: O que é mabaço?

Senhor Rabicó: Mabaços são os gêmeos, duas crianças gêmeas Cosme e Damião, antes botavam o nome de Crispina e Crispim, que eram os mabaços. Tem gente com o nome de Crispim como eu, e não sou mabaço, foi a minha mãe que

gostou do nome, e aí botou, mas esses nomes são mais usados juntos Crispim e Crispina, quando as pessoas são mabaços.

Interlocutora: então, o samba estava sempre articulado com a reza da casa, que tinha o santo específico?

Senhor Rabicó: tinha a reza, o santo, e tinha a tradição do samba. Primeiro tinha reza, e todo mundo preservava a sua cultura de religião. Tanto tinha religião no samba, como tinha religião nas rezas e no candomblé...

Interlocutora: Naquela época tinha uma divisão de gênero, tipo as mulheres ficavam pra tirar as rezas, e os homens pra tocar o samba, e cantar as modas do samba?

Senhor Rabicó: os homens cantavam, as mulheres também puxavam. Era puxar de samba, os homens puxavam, as mulheres puxavam, tem o samba Chula, o samba corrido, e as mulheres cantando, os homens cantando, e tinha também o desfaço de samba, era um desfazer do outro no samba, era como se fosse a desfeita de samba, mas não é desfeita de samba..., um tirava um samba e o outro metia outro por cima, tirando de música mais bonita, e aí o “pau comia” até de manhã, e começava 7, 8, 9 horas da noite e ia terminar lá pra 8 ou 9 horas da manhã!

Interlocutora: então era uma disputa?

Senhor Rabicó: era uma disputa de samba, mas sem agressão, sem nada, tudo era muito bonito, tudo em paz e era samba. Era a noite toda, eu me lembro que eu ia pro samba com meu pai, mas quando dava 11 horas eu vinha embora, eu me lembro que eu era pequeno, meu pai ficava lá e eu vinha embora.

DEZEMBRO

Nossa Senhora da Imaculada Conceição

Comunidade da Terra Vermelha / Contadora: Nubia Costa

Festejo que acontece na comunidade quilombola da Terra Vermelha, pertencente à Comunidade Quilombola do Engenho da Vitória, em homenagem à Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Atualmente, sempre acontece no dia 08 de dezembro de cada ano.

O festejo acontece sob a supervisão da Paróquia da Cidade, e com a contribuição da comunidade católica local, e de outras pessoas de comunidades vizinhas.

Há uma comissão que se organiza para arrecadar fundos para a festa religiosa, por meio de rifas, passeios beneficentes, dentre outras coisas.

Antes do dia festivo, acontece ultimamente o tríduo em preparação ao dia principal, 08 de dezembro, abordando temas da catequese da Igreja e tema da festa que varia a cada ano. Nas noites dos tríduos são convidadas as comunidades vizinhas, que são incentivadas para participar também no dia festivo. O dia festivo começa com uma alvorada de fogos às seis horas, para saudar a Santa. O recital do ofício de Nossa Senhora acontece no turno vespertino, antes da missa festiva, e após a missa ocorre a procissão que percorre as vias principais da comunidade. Viva Nossa Senhora da Imaculada Conceição!

Muitas festas acontecem pelas comunidades do território, tais como:

4 de dezembro – Milagre de Santa Barbara, no Engenho da Cruz

26 de dezembro – Festa de São Roque, no Kaimbongo

31 de dezembro – Nossa senhora do Parto, no Engenho da Cruz

2. Samba de Roda

Os sambas, as cantigas, as ladainhas e outras expressões orais da herança negra afro-brasileira compõem o rico patrimônio imaterial brasileiro.

São expressões da criatividade, da sistematização na cosmovisão africana, constituem ponto de partida para o entendimento de muitos aspectos do sistema de conhecimento das tradições populares, baseado na transmissão oral de saberes e fazeres. São expressões populares do povo negro que se tornaram patrimônio de toda a nação brasileira.

São saberes atravessados por lugares, modos de falar, origens culturais e ancestrais diversas, que se conjugaram harmoniosamente, e ressignificaram a herança negra, tornando-a a alegria, e o resultado do modo de bem viver e da ética solidária e colaborativa do povo negro.

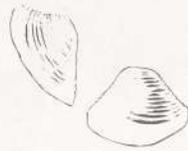
Através da prática da oralidade, por meio da musicalidade negra, tem-se experiências, memórias, tradições e conhecimentos que só foram perpetuados pela oralidade presente nas comunidades de matriz africana.

Na prática do samba de roda integram-se a oralidade, a corporeidade e a ancestralidade negras, formas de reinventar e criar estratégias de resistência e de educação multirreferencial do povo negro.

13 DE MAIO

No dia 13 de maio;
Tava tocando tambor;
Catarina tava sentada,
Quando a polícia chegou.

Samba negra;
Branco não vem cá;
Se vier vai apanhar.



DUAS CONCHINHAS

Duas conchinhas,
Que brinca no mar,
Sou eu mamãezinha,
Uma brinca daqui,
Outra brinca de lá,
Sou eu mamãezinha.

TRABALHA CABOCLO

Trabalha caboclo
Trabalha para ganhar vintém
Trabalha caboclo, trabalha.
Quem não trabalha não tem.

SAMBA DE RODA DO RECÔNCAVO BAIANO

"No dia 30 de setembro de 2004, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que atua junto ao Iphan, aprovou o Registro do samba de roda do Recôncavo baiano e concedeu a esta expressão musical, poética e coreográfica o título de Patrimônio Cultural do Brasil." (SAMBA..., 2006, p. 83).

LICENÇA

Licença eu vim pedir;
Licença querem dá;
Licença eu vim pedir;
Aqui nessa canzuar.

Licença eu vim pedir;
Licença querem dá;
Licença a todos os caboclo;
Aqui nesse canzuar.



MARINHEIRO

Marinheiro aguenta o remo;
Não deixe a barca virar;
Que a barca é de Noé;
Que governa é Oxalá.

Minha mãe sempre dizia:
Que minha sina é bebê;
Mas ele é filho de tumba catumba;
Mas não nega seu natural.



PRECONCEITO, RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

PLANO DE AULA

Enfoques	Preconceito, racismo e discriminação Combate ao racismo Preconceito e discriminação
Unidade Escolar proponente	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) ³
Interdisciplinaridade	Português, história, geografia, matemática, artes
Metodologia	Rodas de saberes e formação Visitas de campo
Recursos	Revistas, jornais, mapas, sites, aplicativos, materiais didáticos, livros. Computadores, impressoras, máquinas fotográficas, projetores multimídia, filmadora etc
Duração	Projeto anual, com atividades mensais

APRESENTAÇÃO

O racismo é um dos principais problemas enfrentados pela população negra, e é um dos mais desafiadores obstáculos ao desenvolvimento humano, em toda a sua potencialidade. Afeta a sociedade como um todo, e impede que as pessoas negras possam usufruir dos direitos de que são detentores.

A educação é um dos meios mais eficientes de luta e combate ao racismo, uma vez que através dela podem ser enfrentadas as práticas discriminatórias, as formas limitadoras de aprendizado, e a divulgação de informações pejorativas e preconceituosas.

O ambiente escolar pode ser o local de convivência harmoniosa, do ensino e experiência do bem comum e da diversidade, assim como, o ambiente privilegiado do exercício da igualdade e da justiça.

As comunidades quilombolas são exemplos de organização social nas quais a busca do bem comum, a cooperação e as relações de mutualidade e respeito são as características de uma pauta afirmativa, por meio da qual há o reconhecimento

³ Professora Rita de Cássia Dias Pereira Alves. docentes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da UFRB.

das especificidades, ao tempo em que luta-se por uma fruição coletiva de direitos, de identidade e de memória.

CONTEÚDO

- Raça, racismo, discriminação e preconceito: conceituações;
- Valorização da identidade negra;
- Negritude e ancestralidade;
- Religiosidade negra;
- História da África e cultura afro-brasileira;
- Intelectualidade negra;
- Organizações sociais negras: quilombos, movimento negro.

OBJETIVO GERAL

Promover práticas educacionais de educação antirracista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Potencializar a autoestima dos/as estudantes negros/as, oriundos de comunidades quilombolas;
- Promover o aprofundamento do debate sobre racismo e as formas de seu enfrentamento;
- Realizar abordagem interdisciplinar dos fenômenos de discriminação e supressão de direitos, vinculada ao racismo.

METODOLOGIA

- Rodas de saberes e formações temáticas aplicáveis a todos os temas e conteúdos elencados. Proporcionar o máximo possível o posicionamento individual e coletivo, a socialização de vivência, saberes e experiências, tanto entre os/as estudantes de uma turma, quanto entre grupos de idades diferentes. Deve-se fomentar também a participação de convidados/as que possam contribuir com o aprofundamento de questões específicas;
- Exibição cinematográfica com debate. A utilização de filmes, documentários, vídeos e outras produções audiovisuais devem ser estimuladas em todas as disciplinas, uma vez que as linguagens

artísticas desempenham papel especial na criação de um vínculo e interesse dos/as estudantes. Deve-se, ao máximo possível, utilizar produções com protagonistas negros/as, tanto na condição de personagens, quanto na de autores/as dos textos, fomentando assim, a criatividade, a inventividade e o protagonismo dos/as estudantes.;

Olhos Azuis

Direção: Bertram Verhaag | 1996 | Documentário | 90 minutos | EUA

Vista Minha Pele

Direção: Joel Zito Araújo | 2003 | Ficção | 24 minutos | Brasil

Cores e Botas

Direção: Juliana Vicente | 2010 | Ficção | 16 minutos | Brasil

- Visita de campo. A comunidade quilombola deve ser o principal local de partida para as ações de afirmação da identidade negra, da identidade quilombola, do empoderamento racial, cultural, estético e cidadão dos/as estudantes. Nesse sentido, é importante a visitação para o reconhecimento dos locais que servem de referência para a própria comunidade, sua história, constituição e valorização, bem como, o convívio com as pessoas que são detentoras das histórias e memórias da localidade;
- A memória viva nas pessoas, nos lugares, nas práticas, nos saberes e fazeres da comunidade devem ser mapeadas, registradas e difundidas na escola, utilizando de estratégias celebrativas, como as datas comemorativas: 20 de novembro (Consciência Negra), 13 de maio (Movimento Abolicionista e o protagonismo negro), 25 de maio (Dia da África), Revolução dos Malês (24-25 de Janeiro), dentre outras, em especial as datas locais, emblemáticas para a comunidade quilombola;
- Pesquisa biográfica. Os/as estudantes devem ser encorajados/as a escrever biografias de membros da comunidade quilombola. Antepassados/as, ancestrais, membros de suas famílias, personalidades relevantes do contexto da comunidade, assim como deve-se fomentar a leitura e socialização das histórias de vida de pessoas negras que exerceram papel emancipador, tanto na história local, quanto nacional.

AVALIAÇÃO

Cada disciplina deverá gerar instrumentos de avaliação continuada, acompanhando o fortalecimento da participação nos debates, o protagonismo dos/estudantes, e a mudança de postura pessoal e coletiva, e as competências específicas de cada área de conhecimento, em relação às temáticas abordadas. Cada estudante, deverá compor um diário de experiência, um portfólio de impressões e aprendizados, a ser registrado ao longo do ano letivo, de modo a ser possível o acompanhamento do desenvolvimento de cada um/a. Essa produção deverá ser compartilhada entre as professoras e os professores das disciplinas que integram o projeto anual.

Elaboração de relatórios e de outros produtos para sistematização, a exemplo dos portfólios dos trabalhos nas modalidades individual e coletiva, de forma a acompanhar e contribuir com o processo didático, de ensino e aprendizagem, de formação ampla, contextualizada e coletiva. Os/as estudantes e professoras e professores constroem juntos os objetivos e os critérios de acompanhamento da avaliação, evidenciando assim sua natureza processual.



SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

PLANOS DE AULA

Enfoque	Saúde das populações negras
Unidade Escolar proponente	Escola General Alfredo Américo da Silva, Comunidade Quilombola do Mutecho e Acutinga ⁴
Interdisciplinaridade	Português, ciências e artes ciências, história, geografia, matemática, educação ambiental
Metodologia	Roda de saberes e formação, aula expositiva compartilhada, trabalho em grupo, pesquisa, elaboração de textos
Recursos	Revistas, jornais, mapas, sites, aplicativos materiais didáticos, livros. Computadores, impressoras, máquinas fotográficas, projetores multimídia, filmadoras etc. Pesquisa com familiares, folhas/ervas, entrevistas, amostra de plantas, cartazes, livros, sites, folhas, livros, depoimentos.
Duração	Quantidade de aulas a ser definida conforme planejamento pedagógico de cada turma

APRESENTAÇÃO

Há muito tempo as ervas medicinais são utilizadas para a cura de diversos problemas que afligem a humanidade. Inúmeros médicos, cientistas e estudiosos afirmaram, durante séculos, que é possível encontrar nas plantas remédios para todo tipo de enfermidade, bastando para isso descobrir suas propriedades, e o uso que se pode fazer delas, de acordo com a doença a ser tratada.

Através dos tempos, as plantas (folhas, raízes, cascas, entrecascas, flores) foram sendo pesquisadas, tornando-se um eficaz aliado na medicina, no combate aos fatores que produzem enfermidades. O objetivo da denominada medicina natural é não só eliminar os sintomas das doenças, mas, principalmente, combater suas causas.

Nossos antepassados conheciam os efeitos positivos e os diversos usos das plantas, desde há muito. Fazem uso das plantas, ervas e raízes em vários medicamentos: chás, unguentos, banhos, imersão, defumadores etc. Existem vários métodos

⁴ Professoras Elisangela Guimaraes de Santana e Jocevalda Ferreira dos Santos

de extração das plantas. Normalmente, o método é escolhido de acordo com a função das plantas que serão utilizadas, e/ou com o tipo de doenças a ser tratada.

É a cultura dos nossos antepassados, transmitida de pai para filhos, e que continua viva na alma do povo. Afinal de contas, quem de nós não conhece um chazinho que é tiro e queda para aquele probleminha?

TRABALHANDO COM OS/AS ESTUDANTES

Escola General Alfredo Américo da Silva, Comunidades de Mutecho e Acutinga
Professoras Elisângela Guimaraes de Santana e Jocevalda Ferreira dos Santos

Na sala de aula, para abordar esse tema, inicialmente fizemos um diálogo breve sobre plantas, e quais tipos de plantas que podemos usar para tratar algumas doenças. Colocamos no quadro os nomes das plantas que eles conheciam, e para que tipo de tratamento serviam.

Como tarefa para casa foram listados três tipos de doenças que não apareceram na nossa conversa inicial, e então se questionou: derrame, colesterol e anemia.

Quais as rezas para o tratamento? Quais os chás utilizados para o tratamento? Quais defumadores são usados para o tratamento?

No dia seguinte, cada estudante apresentou o que foi pesquisado por meio da família ou da pessoa mais velha da comunidade, e fizemos um mural, inclusive com as folhas trazidas. No terceiro dia, as folhas foram colocadas no mural, especificando os nomes e os tratamentos em que eram utilizadas.



1. PLANTAS QUE CURAM

Cuidado com a nossa saúde

OBJETIVO GERAL

Conhecer a importância e os benefícios das plantas medicinais para a saúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar plantas medicinais e seus usos para tratamentos diversos;
- Socializar a importância do uso das plantas para a saúde.

METODOLOGIA

Roda de Saberes e Formação utilizando a música “Alecrim” (Galinha pintadinha), letra da música (imprimir e dar a cada estudante). Após o diálogo responder o questionário:

- Qual o nome da planta que aparece na música? Para que serve?
- Você já experimentou o chá dessa planta?
- Você sabe o que é uma planta medicinal?
- E outras plantas medicinais você conhece?
- Quais? Escreva seus nomes...

AVALIAÇÃO

Cada estudante deve elaborar uma lista contendo as ervas que já conhecia e seus usos, e as novas que aprendeu. Ao final deve compartilhar em grupos de cinco participantes. Cada grupo elabora a lista completa contendo as contribuições de todos os integrantes, e socializa para a turma.

FONTES

SANTOS, J. F. Rezar pra quê? Histórias de vida de mulheres rezadeiras na cidade de Cachoeira – Bahia. Dissertação (Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) – Universidade Federal do recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

CONCEIÇÃO, S. S. *Etnobotânica do Candomblé: uma estratégia para conservação de remanescente de Mata Atlântica em Salvador e Região Metropolitana*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Ambiental) – Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia, Salvador, 2005.

2. PLANTAS QUE CURAM

Dor de barriga

OBJETIVO GERAL

Despertar o interesse dos estudantes pelas plantas que curam.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e nomear as plantas medicinais no combate à dor de barriga, e em quais regiões do país são encontradas;
- Reconhecer a importância das plantas medicinais na vida das pessoas.

METODOLOGIA

- será solicitado que cada estudante pesquise com membros da sua família, uma receita de chá, que sirva para curar dor de barriga e, na medida do possível, trazer a folha para a sala de aula;
- na sala cada um/a deve apresentar a receita, identificando a folha e/ou raiz utilizada;
- em grupos de 4 estudantes, serão elaborados cartazes contendo a descrição do chá, a folha utilizada e o modo de usar;
- será realizada uma pesquisa para identificar em quais regiões do país a planta é encontrada e, a partir desse levantamento, será realizada a abordagem de geografia;
- as receitas de chá devem ser feitas em casa, a partir de uma atividade da aula de matemática, que proporá as quantidades de água, folhas e chá pronto, de modo que os estudantes exercitem as noções de proporção, pesos e medidas; por exemplo: 1/3 de litro de água, 50g de folhas, 15 min de fervura, quantos ml de chá?;
- Para a medição em casa, poderão ser usados copos descartáveis que já tem capacidade pré-definida (200 ml, 300 ml etc).

FONTES

Os pais dos estudantes da escola.

AValiação

Será um processo contínuo, a partir da observação, da participação e do interesse dos/as estudantes, levando em consideração o envolvimento de cada um/a.

3. PLANTAS QUE CURAM

O uso das plantas medicinais no tratamento da hipertensão: capim santo, chá de água de levante, canela de veio, de pé, suco de chuchu, suco de carambola, erva cidreira, melissa.

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao educando o conhecimento da medicina alternativa da sua comunidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Preservar a medicina tradicional das comunidades;
- Identificar as ervas medicinais utilizadas para hipertensão.

METODOLOGIA

- Aula expositiva dialogada de ciências, apresentando a doença hipertensão, os principais sintomas, dados de ocorrência no Brasil e na Bahia. Os/as estudantes deverão fazer uma pesquisa nas famílias, para identificar se há a ocorrência entre os parentes mais próximos, e entrevistar um/a parente, para saber que tipo de tratamento faz, e se há o uso de medicina alternativa, para controlar a doença. Trazer os resultados para a socialização na sala de aula;
- Roda de Saberes e Formação: será convidado/a um/a membro da comunidade que tenha experiência com o uso de ervas medicinais, para apresentar as ervas que se destinam ao controle da doença (capim santo, chá de água de levante, canela de veio, de pé, suco de chuchu, suco de carambola, erva cidreira, melissa), e os modos de usá-las. Ao final, cada estudante deverá fazer um relato escrito para ser trabalhado nas aulas de português;
- Trabalho em grupo: exposição das plantas medicinais, em grupos de quatro estudantes, que farão a coleta dos tipos de ervas mencionados para fazer mudas que se destinarão a um herbário para ser aberto para visita da escola. Utilizando recipientes reciclados, cada grupo deverá



plantar as mudas, e elaborar um mural descritivo de suas propriedades, nome científico, usos medicinais, e origem.

FONTES

Membros da comunidade, sites e livros.

AVALIAÇÃO

Exposição das plantas; Participação; Redação.



ÁGUA DE LEVANTE
Família: Cannaceae
Canna paniculata Ruiz & Pav.



ERVA CIDREIRA
Família: Verbenaceae
Lippia sp.

4. DOENÇAS MAIS FREQUENTES E TRATAMENTOS

Medicina quilombola

OBJETIVO GERAL

Identificar o uso das plantas medicinais na sua comunidade quilombola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a cultura da comunidade sobre o uso das plantas medicinais;
- Identificar as plantas mais utilizadas na comunidade;
- Descobrir os efeitos do uso de tais plantas.

METODOLOGIA

- Aula expositiva de ciências para apresentar a variedade de plantas medicinais utilizadas em medicamentos comerciais;
- Aula expositiva de geografia abordará as ervas medicinais e os tipos de vegetação/regiões/climas de sua ocorrência no Brasil e na Bahia;
- Roda de Saberes e Formação para a elaboração de um questionário para ser aplicado na comunidade, de modo a descobrir todas as ervas existentes na localidade, e para que são utilizadas. Trabalho de pesquisa em grupo;
- Na aula de matemática serão quantificadas as respostas dos questionários, de modo a trabalhar com números absolutos, percentuais e frações;
- Ao final serão elaborados cartazes com os resultados a serem socializados para a escola.

FONTES

Membros da comunidade, sites e livros.

AVALIAÇÃO

Questionários de pesquisas com informações sobre a comunidade no uso das plantas medicinais.



5. CONVIVENDO COM AS PLANTAS

Rezadeiras/os e benzedeiros

OBJETIVO GERAL

Adquirir conhecimentos sobre os variados usos das plantas medicinais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer os variados usos das plantas medicinais;
- Conhecer plantas e sua utilidade para a saúde;
- Perceber a importância das plantas para os seres vivos.

METODOLOGIA

- Pesquisa sobre rezas e benzeduras realizadas com plantas;
- Elaborar um livreto contendo rezas e suas finalidades;
- Em grupos de quatro estudantes, deve-se fazer uma pesquisa em sites e livros que contenham a descrição de rezas e benzeduras realizadas com folhas; tendo os resultados da pesquisa, entrevistar uma rezadeira ou benzedor da comunidade para completar as informações que irão compor o livreto do grupo;
- Cada livreto com as rezas deverá ser ilustrado com desenhos, fotografias, folhas desidratadas etc.

FONTES

Membros da comunidade, sites e livros.

AVALIAÇÃO

A partir da observação, da participação e da autoavaliação de cada estudante.

6. RESGUARDOS E USOS DE ERVAS MEDICINAIS

Espinhela caída, descolamento do osso do meio do tórax

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao educando o conhecimento da medicina alternativa da sua comunidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Transmitir aos alunos a importância do uso das ervas medicinais no tratamento da doença;
- Identificar as doenças e seus nomes correlatos na medicina popular e alopata;
- Dar a devida importância ao resguardo no conjunto do tratamento na medicina natural.

METODOLOGIA

- Levantamento do conhecimento prévio;
- Explicação do conteúdo, com aulas expositivas;
- Apresentação dos nomes populares de algumas doenças e seus correlatos científicos, por exemplo: espinhela caída ou peito aberto – deslocamento do tórax. Tratamento: rezas com linha de algodão, mingau de Santo Antônio, emplastro de folha de cabaça etc.

FONTES

Membros da comunidade, sites e livros.

AValiação

A partir da participação dos/as estudantes nas etapas da atividade.



DONA VARDÉ

Nascida na comunidade do Mutecho, Dona Vardé é o apelido da rezadeira Valdelice Mota. A senhora de 91 anos viveu parte da sua vida no município de Salvador, no entanto, as dificuldades a fizeram voltar para o território onde nasceu. Foi aí que constituiu família tendo oito filhos que nasceram pelas mãos da parteira Tuninha, a qual lhe passou conhecimentos que a fizeram seguir o mesmo caminho contando, sempre, com ajuda espiritual.

Orientada por uma moça da vila do Acupe, aprendeu a rezar o vento caído, sem a utilização de folhas, e olhado, fazendo uso de folhas como corona, aroeira, vassourinha morfina. Devido ao número de pessoas oriundas do turismo étnico, intensificou suas rezas e aprendeu a fazer um xarope que se tornou muito conhecido e apreciado também pelos visitantes.

“ EU SÓ SABIA AS FOLHAS PRA BANHO, MAS FOLHA PRA FAZER XAROPE PRA CURAR O POVO EU VIM SABER DE UNS TEMPOS PRA CÁ. PRA CURAR MEUS FILHOS EU FAZIA CHÁ DE FOLHA DE CAPIM SANTO, ALFAVACA, BOTAVA PITANGA... TUDO A GENTE FAZIA XAROPE. A CEBOLA ROXA COM A PALHA DE ALHO, COM GENGIBRE... TUDO EU BOTAVA. FAZIA PRA DAR A MEUS FILHOS. ”





CAPIM SANTO

Poaceae *Cymbopogon citratus* (DC.) Stapf

Erva com rizomas, folhas longas, estreitas e com um aroma que lembra cheiro de limão. As folhas são utilizadas para fazer chá que é indicado para calmante, gripe, cansaço, falta de ar, puxamento, tosse, dor estomacal e pressão alta. (PROJETO TERRA DE DIREITOS, 2018).



TAPETE DE OXALÁ

Lamiaceae *Plectranthus barbatus* Andr.

O tapete de oxalá é uma planta herbácea, de longa duração, aromática e com sabor amargo. As folhas são pilosas e com bordas serreadas e flores roxas. O chá das folhas foi indicado para dores em geral, problemas estomacais, fígado, rim e baço. Também é usada para banhos, sozinha e com a folha da costa. (PROJETO TERRA DE DIREITOS, 2018).

PRÁTICAS TERAPÊUTICAS

As práticas terapêuticas estão disseminadas pelo ambiente das comunidades quilombolas, um saber enraizado no território por onde se constroem as diferentes habilidades dos/as praticantes, no sentido de considerar o conhecimento como algo que está no mundo, e não apenas nas "mentes".

São as palavras das rezas, as receitas para os chás, xaropes, banhos e defumações; os procedimentos a serem cuidadosamente observados (atenção à colheita, ao descarte das ervas, ao horário, à maré etc.); enfim, são as formas pelas quais se faz o mundo quilombola.

Esses conhecimentos não estão "congelados" ou perdidos em uma tradição em vias de extinção, mas bem ao contrário, são processos e práticas que se disseminam em muitos sentidos e que constituem as identidades e os corpos dos praticantes terapêuticos em direção ao mundo vivido nesse território. (PROJETO TERRA DE DIREITOS, 2018).



SEU ERASMO

Com quase 200 curas, em seus registros, contra picada de cobra (98 em pessoas e 99 em animais), Erasmo Costa, conhecido por seu Erasmo, é um antigo praticante terapêutico das comunidades Mutecho e Acutinga. Atualmente ele limita sua atuação terapêutica aos familiares e diz que com a chegada da medicina as pessoas não querem mais saber de ervas, apenas comprar medicamentos na cidade. Por isso, ele não faz mais seus remédios, apenas fornece seus conhecimentos a quem os solicita. Para seu Erasmo “atualmente a medicina está uma coisa muito importante, ninguém quer saber, quer procurar o médico”, mas para ele “nós todos aqui estamos no meio das ervas”.

“A CURA É UMA COISA, O CHÁ É OUTRA. A CURA SÃO AS PALAVRAS, PORQUE NÃO ADIANTA, POR EXEMPLO, O SENHOR CHEGAR AQUI ME AQUEIXANDO DE DOR DE CABEÇA... EU VOU PERGUNTAR SE QUER QUE EU DIGA UMAS PALAVRAS CONFIADA EM DEUS AÍ PRA VER SE ALIVIA. SE O SENHOR ACREDITA EM DEUS E TÁ COM A FÉ, EU POSSO FICAR AQUI BATENDO A BOCA SEM DIZER NADA, MAS SE O SENHOR TÁ COM A FÉ... ENTENDEU? O QUE CURA É A FÉ. ”



DONA FILINHA (*In Memoriam*)

Maria Francelina da Silva, mais conhecida por dona Filinha, tinha 86 anos, 15 filhos e se autodesignava rezadeira. Ela fazia rezas e orações, sabia indicar e preparar banhos de erva/folha, além de lambedores para os que a procuravam. Dona Filinha começou a se interessar pelas rezas aos 12 anos, quando aprendeu com sua mãe e comadre a reza do “vento caído”. Com sua tia aprendeu a usar as ervas para o preparo dos chás. A sogra, parteira reconhecida na região, lhe ensinou o ofício. Segundo ela, nessa época, esses conhecimentos eram mais valorizados e havia mais fé nas rezas e nos chás. Dona Filinha se relacionava com curadores do Kaonge, especialmente com dona Juvani.



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

PROJETO ANUAL

Enfoques	Educação patrimonial
Unidade Escolar proponente	Escola de 1º grau de São Francisco de Paraguaçu ⁵
Interdisciplinaridade	Disciplinas: história, geografia, português, artes, educação física
Metodologia	Roda de saberes e formação, aula expositiva compartilhada, trabalho em grupo, pesquisa de campo
Recursos	Revistas, jornais, mapas, sites, aplicativos, materiais didáticos, livros. Computadores, impressoras, máquinas fotográficas, projetores multimídia, filmadoras etc. Instrumentos musicais (Timbau, berimbau, pandeiro, tamborim) Tecidos diversos, artesanatos, entre outros.
Duração	Projeto anual com atividades mensais, de março a novembro

APRESENTAÇÃO

Um dos objetivos da educação patrimonial é envolver a comunidade e seus indivíduos nos gerenciamentos do patrimônio, pois somente quando se sente parte integrante de uma cidade ou comunidade é que o indivíduo irá valorizar e preservar as suas referências culturais.

Nesse sentido, a educação patrimonial passa a ser um instrumento da cidadania, e, concomitantemente, de resgate da identidade e dignidade local dos grupos culturais.

O presente projeto tem por finalidade envolver a comunidade cachoeirana através da junção dos distritos em um único trabalho, possibilitando a tomada de consciência dessas comunidades sobre a relevância da geração, da valorização e da proteção do patrimônio cultural local. Devido à carência de pesquisa sobre essa temática, podemos dizer que tais resultados poderão ser particularmente relevantes para a formulação de políticas públicas culturais, e de formação de

⁵ Autoras: Prof^{as} Rita de Cassia Santos de Jesus, Edilma Santana Costa e Rosimeire Conceição Santos.

professoras e professores, uma vez que esta proposta envolve vários saberes, não limitando-se apenas ao conhecimento do patrimônio cultural de sua localidade, mas envolvendo a interação entre escola e comunidade, e outros locais da cidade.

Ao fomentarmos a preservação, trabalhamos a cidadania, o espírito de coletividade, o respeito, o comprometimento e principalmente, o posicionamento em defesa da memória, ao debater, planejar, realizar oficinas, seminários, campanhas educativas e conhecimento do patrimônio das localidades quilombolas nas quais as escolas estão inseridas.

Acreditamos que o primeiro patrimônio a ser valorizado e estudado é a nossa escola, um ambiente formador de ideias, valores, local mediador da construção e socialização de conhecimento.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o patrimônio histórico e artístico da região, e da comunidade quilombola na qual a escola está inserida.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a política de preservação do patrimônio histórico artístico e nacional (o IPHAN);
- Conhecer o patrimônio material das comunidades quilombolas do Vale do Iguape;
- Estabelecer relações com o passado da comunidade quilombola, através de seu patrimônio imaterial;
- Proporcionar interação escola e comunidade;
- Sensibilizar e educar para preservar o patrimônio cultural através do conhecimento, compreensão e valorização de sua própria história.

CONTEÚDOS

Datas comemorativas do município de Cachoeira e seus distritos (13 de março, 25 de junho, 02 de julho, festa da Boa Morte, dia 15 de agosto, festa de N. S. da Ajuda, em novembro, festa de São Pedro, festa de São Roque etc.).

Patrimônio material da cidade de Cachoeira e das comunidades quilombolas do Vale do Iguape (Relíquia franciscana, fabrico artesanal de azeite de dendê, caminhada ancestral, terreiros).



Patrimônio imaterial das comunidades quilombolas: religiosidade negra e saberes e fazeres tradicionais: (feitura do azeite de dendê, farinha, chás, xaropes e remédios etc.)

METODOLOGIA

- Aula expositiva sobre cada tema, realizada pelas professoras e professores;
- Trabalho de campo I – Roda de Saberes e Formação para a organização de roteiro para a visita aos principais locais da cidade, e da comunidade.

As visitas de campo, com caminhadas orientadas com roteiro prévio e acompanhamento de profissional da educação física, devem ser fotografadas, e delas realizados registros escritos por parte dos estudantes. Esses materiais serão utilizados nas aulas de português, história e geografia.

Deverão ser evidenciados: a situação de conservação física dos bens materiais; a localização de cada um; o significado histórico que tenham em relação à história da população negra, e a história local e nacional.

Em sala de aula, através dos depoimentos dos estudantes, nas Rodas de Saberes e Formação, destacar os principais aspectos das experiências vividas no desenvolvimento do trabalho para realizar uma construção coletiva de textos, que integrarão a mostra de visitação com as fotos, que será aberta à visitação de toda a escola.

- Montagem de exposição aberta à comunidade (com fotos projetadas, leitura dos textos produzidos pelos/as estudantes, relatos de experiência etc.);
- Trabalho de campo II – visita aos locais referenciais da comunidade quilombola na qual a escola está inserida, com Roda de Saberes e Formação com lideranças e personalidades locais representativas (rezadeiras, benzedeiras, lideranças religiosas, comunitárias, políticas);
- Elaboração de roteiro de entrevista a ser realizada com membros da comunidade quilombola, de modo a registrar sua história de vida, e a importância do patrimônio imaterial que representam;

- Montagem de um álbum de campo, contendo fotos e descrição das principais manifestações culturais, festas tradicionais, festejos populares etc., da comunidade quilombola na qual a escola está inserida;
- Elaborar o calendário anual de festas da comunidade quilombola na qual a escola está inserida. No calendário devem constar todas as atividades sociais, religiosas, culturais e artísticas que ocorrem na comunidade (rezas, festas, encontros, eventos comunitários etc.);
- Confecção de maquete ou mapa da comunidade quilombola na qual a escola está inserida, destacando os pontos principais de referência da comunidade;
- Fazer um mapeamento do patrimônio ambiental existente na comunidade quilombola, registrando os principais plantios da comunidade, as estradas existentes, as divisas da comunidade etc.;
- Roda de Saberes e Formação com pessoas da comunidade para a troca de conhecimentos a respeito da história local;
- Roda de Saberes e Formação com membros e representantes das religiões de matriz africana existentes na localidade com a finalidade de abordar o preconceito e a intolerância religiosa;
- Organização de um festival na escola onde sejam vivenciadas oficinas de danças e manifestações tradicionais da cultura negra local (samba de roda, maculelê, capoeira, bumba meu boi, burrinha, mandú, cabeçorra etc.);
- Aula de campo (observação, entrevista e expor um relatório com vídeo sobre o processo de fabricação da farinha e beijú, desde seu plantio até o produto final.);
- Confecção de um fogão à lenha na escola, com a participação de todos os/as estudantes;
- Interação com as famílias: organizar um festival gastronômico, com a participação de membros das famílias, que ensinem um prato típico da culinária local da comunidade quilombola (pirão, mingau, cozido, “ferventado”, moqueca etc.);



ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

- Observamos se todos os envolvidos se posicionaram em defesa da memória do patrimônio histórico e artístico de sua localidade;
- Consistirá na análise do professor com relação à participação dos/as estudantes nas atividades propostas;
- A professora e o professor avaliará a capacidade do aluno na assimilação do conteúdo pelas atividades propostas a longo das aulas.

O acompanhamento e a avaliação serão realizados durante o processo de ocorrência das atividades. Dessa forma, contribuirá para estimular os estudantes e a turma nos avanços e êxitos pedagógicos. Essa concepção integra processos-produtos, estudantes-turma, ensino-aprendizagem como compromisso mútuo individual e coletivo dos estudantes e das professoras e professores.

Elaboração de relatórios e de outros produtos para sistematização dos trabalhos nas modalidades individual e coletiva, de forma a acompanhar e contribuir com o processo didático, de ensino-aprendizagem, de formação ampla, contextualizada e coletiva. Os/as estudantes e professoras e os professores constroem juntos os objetivos e os critérios de acompanhamento da avaliação, evidenciando assim sua natureza processual.

ART. 216.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

DESENVOLVIMENTO

O patrimônio material carrega a história das comunidades, das pessoas que nelas viveram, contam através da arquitetura as muitas memórias do lugar. A contação de história, a transmissão dos conhecimentos no diálogo intergeracional, na vivência e preservação da memória histórica e cultural das comunidades, é uma importante estratégia de salvaguarda da tradição e da cultura local. É esta uma oportunidade para que os/as jovens pesquisem e conheçam mais sobre suas realidades, e sobre sua própria história.

CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO DE PARAGUAÇU

Igreja e ruínas (Cachoeira, BA)

“A igreja foi sagrada em 1660, segundo data na portada, mas não concluída, apesar do noviciado já estar funcionando desde 1654. Em 1824, deixou de ser noviciado, sendo posteriormente abandonado e vendido, em 1915, para José Mariano Filho, que removeu os azulejos, lavabo e retábulos. O sítio em que se localiza a igreja e o convento é plano, ligeiramente elevado com relação ao rio Paraguaçu. A igreja está recuada, mas uma das alas do convento se estende até o lagamar. Antecede a igreja um cais que se articula com o grande adro murado através de escadaria e terraços. Localizado em um dos terraços está a base do cruzeiro, elemento característico dos conventos franciscanos, de base poligonal de arenito, esculpido com máscaras. A igreja, construída em pedra e cal, é envolvida por corredores superpostos e tribunas. Sua planta com sacristia transversal é típica dos franciscanos do Nordeste. Seu frontispício é do tipo escalonado, construído sobre galilé em abóbadas de aresta, e modulado por uma trama de pilastras e cornijas. A torre encontra-se recuada com terminação em cúpula. O interior da igreja possuía barras de azulejos, piso formado por sepulturas com tampa de madeira, forros em gamela e abóboda. Há vestígios de azulejos na galilé e no claustro”. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1941).



SANTIAGO DO IGUAPE

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Cachoeira, BA)

“Inicia-se a construção da igreja no final do séc. XVI, sendo os trabalhos prolongados por longos anos. A obra foi custeada pela população local e contou com o auxílio da coroa real. Igreja definida por planta retangular, com corredores superpostos por tribunas e sacristia transversal. Sua estrutura é constituída por caixa de paredes autoportantes, de alvenaria mista de pedra e tijolo, que suporta os assoalhos e cobertura. O frontispício é do tipo templo, ladeado por duas torres com terminações piramidais, revestidas de azulejos. Seu interior é muito rico, integralmente revestido de azulejos historiados, com mais de 4 m de altura. Forro em abóboda recobre a nave e capela-mor. A pintura do forro da nave é do tipo ilusionista italiano e teve como artista o pintor José Joaquim da Rocha. Seu acervo compreende numerosas imagens, telas, alfais e sacrário de prata”. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1960).





PRÉDIO DO ANTIGO ENGENHO VITÓRIA

“Em 1812 inicia-se a construção do engenho, pelo Com. Pedro Bandeira, abastado negociante e senhor de engenhos da região e um dos introdutores da navegação a vapor na Bahia. O edifício é um dos mais representativos exemplos da casa rural assobradada. O sobrado é desenvolvido em três níveis, segundo planta em “T”, originalmente ligado à fábrica. Uma passagem coberta, que serve de acesso tanto ao engenho quanto ao sobrado, divide o térreo em duas partes. De um lado a «loggia» e duas salas abrindo-se para o rio, do outro um salão em mármore, capela abobadada, depósito e quartos de criados. No pavimento nobre encontra-se os quartos e o salão de visita, que se projeta sobre o rio sendo flanqueado por duas galerias de arcos. O sótão foi ampliado e transformado em apartamento neste século. Merecem destaque a portada e o brasão em mármore da família Muniz e os azulejos do banheiro externo”. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1943a).

ENGENHO EMBIARA

Sobrado

“A casa e a fazenda eram denominadas ‘Morgado Real do Embiara’. A primitiva Capela data de 1637, porém o atual sobrado, construído por Bernardino José Aragão, só foi edificado em 1806. O sobrado foi habitado até 1940, por herdeiros da família Paes Aragão. Solar rural de dimensões e tratamento palaciano. O partido em “U”, formando um pátio aberto no fundo, foi adotado no século passado em outras casas grandes e engenhos do recôncavo. Possuía estrutura de paredes autoportantes de alvenaria de pedra e tijolo que suportavam o assoalho do primeiro pavimento e tesouras do telhado. Algumas divisórias do sobrado eram de estuque e seus cômodos se distribuíam em dois pavimentos. O sobrado assenta-se sobre um terrapleno, que forma um ‘atrium’ diante do edifício, tendo como acesso escadaria semicircular de lioz. O sobrado possuía grandes salões, dormitórios e capela. Encontra-se hoje em estado avançado de arruinamento.” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1943b).



ENGENHO DA PONTE

Capela de Nossa

Senhora da Conceição



ACUTINGA

Capela
São João Batista



KAIMBONGO

Santa Cruz

Na comunidade do Kaimbongo Velho, bem no alto do morro, de onde é possível até ver os prédios da cidade de Salvador, é erguida uma pequena capela, dedicada a São Roque, na qual é custodiada por Santa Cruz. No dia 26 de dezembro de cada ano é celebrada uma missa por um padre que vem do Sítio Camaçari.

Diz a lenda, contada pelos mais velhos, que teve uma época que muitas lagartas chegaram invadindo as roças. Os moradores se reuniram e no dia 25 de dezembro rezaram para São Roque para que os liberassem da praga. Juntaram o dinheiro, compraram foguete, papel crepom, incensos, velas. Cozinharam Andu. Organizaram uma procissão até a capela. A praga acabou! Desde então, todos os anos os moradores organizam a missa (informação verbal).⁶



⁶ Entrevista com Renato do Kaimbongo feita por Leonardo Di Blanda, no dia 19 de fevereiro de 2019.



KAONGE

Terreiro 21 Aldeias
Mar e Terra



SÃO FRANCISCO DE PARAGUAÇU

Terreiro Ylê Alaxé de Ogum
Aganjú Olória

O QUE É ENGENHO?

O termo engenho designava inicialmente as instalações necessárias à produção açucareira: casa da moenda, casa da fornalha, tendal das forjas e casa de purgar. Com o tempo, estendeu-se ao conjunto da propriedade senhorial, abrangendo as plantações, a casa-grande, a capela e a senzala. O engenho que utilizava a tração animal era chamado "trapiche" e o movido a roda de água, "engenho real". Na segunda década do século XIX, começaram a ser instalados os engenhos a vapor, denominados banguês. No final do século XIX e início do século XX, os engenhos foram substituídos por unidades industriais conhecidas como "usinas". (AZEVEDO, 2009).





GLOSSÁRIO

Francesca Bassi e Silvia Michele Macedo de Sá¹

AFRICANIDADE

Em sentido geral, pensar em africanidade nos remete ao sentido de reconhecimento tanto do lugar histórico, sociopolítico e lúdico-cultural, onde tudo se liga a tudo. Na prevalência da africanidade o universo é gerado na existência coletiva, prevalecendo o Ser Humano e o Espaço enquanto expressão da chamada força vital, imprescindível para evidenciar a construção de uma identidade negra postulada na construção de um mundo democrático. A africanidade reconstruída no Brasil está calcada nos valores das tradições coletivas do amplo continente africano, presente e recriada no cotidiano dos grupos negros brasileiros. (BRASIL, 2006, p. 215).

AFRODESCENDENTE

O termo afrodescendente se refere aos/às descendentes de africanos(as) na diáspora, em contextos de aproximação política e cultural, e é utilizado como correlato de negros(as)(ou, às vezes ‘pretos’) nos países de língua portuguesa, como o Brasil, de *african american*, na língua inglesa, em países como Estados Unidos (onde se usa também o termo *black*). (BRASIL, 2006, p. 215).

DIVERSIDADE/DIFERENÇA

O substantivo feminino diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é a qualidade do que é diferente, o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança. A variedade diz respeito a qualidade, atributo ou estado de algo que possui diferentes formas ou tipos que se diversificam dentro de uma classe. A multiplicidade diz respeito a grande número ou variedade de algo. O ponto é que, nos seus distintos significados, a palavra diversidade nos remete à necessidade de verificar a característica mais básica, mais central, mais importante de um ser ou de algo, isto é, o que confere um caráter distintivo, uma identidade a um ser ou a algo. (SILVÉRIO, 2005, p. 87).

¹ Docentes das Universidades do Recôncavo da Bahia (UFRB), integrantes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT).

ANCESTRALIDADE

Para os povos africanos e seus descendentes, a ancestralidade ocupa um lugar especial, tendo posição de destaque no conjunto de valores de mundo. Vincula-se à categoria de memória, ao contínuo civilizatório africano que chegou aos dias atuais irradiando energia mítica e sagrada. Integrantes do mundo invisível, os ancestrais orientam e sustentam os avanços coletivos da comunidade. A ancestralidade redefine a alegria de partilhar um espaço rodeado de práticas civilizatórias e o viver de nossos antepassados, conduzindo para um processo de mudanças e enriquecimento individual e coletivo em que o sentimento e a paixão estão sintonizados com o ser e o comportamento das pessoas. (SOUZA, 2003). A ancestralidade remete aos mortos veneráveis, sejam os da família extensa, da aldeia, do quilombo, da cidade, do reino ou império, e à reverência às forças cósmicas que governam o universo, a natureza. (BRASIL, 2006, p. 215-216).

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

No que se refere à relação entre educação e quilombos, cabe ressaltar que há extensos territórios quilombolas que possuem escolas em seu interior e áreas em que jovens e adultos dessas localidades migram temporária ou efetivamente para estudar nas cidades de suas regiões. Inaugurar caminhos para se pensar um fazer pedagógico em comunidades quilombolas passa pelo momento da reflexão e da ação, não dicotomizados, formadores da unidade que se chama práxis. Práxis, no sentido conferido por Freire (1987), é uma teoria do fazer e, nesse momento, precisamos exatamente disto: ousar fazer um caminho, na forma de diretriz, sem querer, de forma alguma, que este seja o caminho absoluto. O cotidiano quilombola, a exemplo de outros grupos étnico-raciais e sociais, é a emergência da práxis porque o pensar e o fazer se corporificam:

- na forma de visões (pensamentos, ideias) que orientam um portar-se diante do mundo;
- no modo de vida e mais especificamente na forma de trabalho como atividade prática que não isola o pensar do fazer, resultante em um manter-se no mundo;

- enfim, como processo educativo que confere aos sujeitos um localizar-se no mundo observando as suas especificidades de raça, gênero, faixa etária e classe social. (BRASIL, 2006, p. 140-141).

A proposta de uma educação quilombola passa por analisarmos qual concepção de educação se fala e, para tanto é necessário que se reflita sobre o lugar onde o conhecimento vai ser concebido, sobre quais conceitos sustentam uma proposta de educação das relações raciais, em que base didático pedagógica práticas educativas emancipatórias serão possíveis, além das estruturas reais e necessárias para que este processo se desencadeie.

[...] Pensar em diretrizes para educar as relações étnico-raciais em comunidades quilombolas sugere que nós pensemos a partir das próprias comunidades.

[...] Para todo o segmento negro e para os quilombolas em especial, os vínculos entre educar e formar são ancestrais, não são atributos exclusivos da escola; ancestralidade é tudo o que antecede ao que somos, por isso ela nos forma. Existe um passado e um presente de populações negras que vêm se educando secularmente através de uma resistência que não é passiva, que apenas reage às diversidades, mas que é, igualmente, provocadora de reações.

[...] Todavia, da ancestral história da resistência, acionamos o campo também da emancipação que, perseverantemente, as comunidades negras continuam a almejar. Esta é a grande reação a ser despertada no campo da educação: produzir uma formação humana na qual não caibam estereótipos, discriminação e preconceitos que elegem e determinam os que estão ‘dentro’ e os que estão ‘fora’. Nesse campo, o desafio da educação é contribuir para emancipar, radicalmente, as pessoas de relações que retardam uma convivência humana mais respeitosa e, por isso, mais plena. (BRASIL, 2006, p. 142-143).

ETNIA/GRUPO ÉTNICO

Para as Ciências Sociais, em especial a Antropologia, a noção de etnia emerge após a Segunda Guerra Mundial, em contraposição à noção biológica de raça que as ciências da natureza consideravam inadequada para tratar das diferenças entre grupos humanos. Etnia ou grupo étnico é um grupo social cujos membros consideram ter uma origem e uma cultura comuns, e, portanto, uma identidade





marcada por traços distintivos. Uma etnia ou um grupo étnico se autodefine e é reconhecida por etnias ou grupos distintos da sociedade envolvente. O mesmo acontece com os indivíduos: pertence a uma etnia ou um grupo étnico quem dele se considera integrante e quem é reconhecido como a ele pertencente pelo grupo e pela sociedade. (BRASIL, 2006, p. 218).

A expressão grupo étnico é geralmente entendida na literatura antropológica (ver, por exemplo, Narrol, 1964) como a designação de uma população que:

- em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico;
- compartilhava valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais;
- constitui um campo de comunicação e interação;
- tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem. (BARTH, 2000, p. 27).

Sobre as fronteiras dos grupos étnicos:

[...] a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado. As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial. Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre a existência de critérios para determinação do pertencimento ou exclusão. Os grupos étnicos não são apenas ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos; e as diferentes maneiras através das quais eles são mantidos, não só as formas de recrutamento definitivo como também os modos de expressão e validação contínuas, devem ser analisadas. [...] A manutenção de fronteiras étnicas implica também a existência de situação de contato social entre pessoas de diferentes culturas: os grupos étnicos só se mantêm como unidades significativas se acarretam diferenças marcantes no comportamento, ou seja, diferenças culturais persistentes. (BARTH, 2000, p. 34).

ETNICIDADE

Etnicidade é um substantivo que, tendo raiz grega, é transformado em sua função gramatical por um sufixo latino(-dade). [...] ‘etnicidade’ não deriva diretamente do substantivo ethné(etni-), mas do adjetivo ethnikos(etnici-), ao qual se agrega um sentido de ação. Mesmo do ponto de vista estritamente semântico e filológico, portanto, as passagens de etnia, para étnico e deste para etnicidade nos indicam as transformações da coisa em qualidade e, nesta, do predicado em comportamento [...].

Se aplicarmos as variações semânticas desse sufixo ao nosso conceito, veremos que, na língua portuguesa, “etnicidade” está sujeita ao seguinte arco de variações: a) o fato de ser étnico; b) a propriedade ou qualidade de ser étnico; c) aquele ou aquilo que é étnico; d) a atitude ou ação de quem é étnico; oscilando, portanto, entre predicado e atitude. O uso técnico do conceito no campo da antropologia recente distingue-se do seu emprego vernacular justamente por atribuir a tais variações um valor teórico. (ARRUTI, 2014, p. 199-200).

O emprego de etnicidade coloca em destaque não exatamente a unidade social, o grupo étnico, mas a atitude ou performance dos sujeitos quando estes atuam em situação de alteridade. Ainda que, conforme afirma Barth (1969), as categorias de adscrição étnica sejam criadas para regular a ação, sendo significativamente afetadas pela interação e não pela não contemplação, o uso de etnicidade aponta para a possibilidade de que tal regulação possa não recortar um grupo, pensando como uma unidade sociológica concreta e discernível. Liberto o grupo étnico dos conteúdos culturais, a etnicidade tende a liberta-se também do ‘recipiente organizacional’. Muitas das análises que lançam mão da categoria de etnicidade buscam descrever realidades nas quais a atitude étnica já não corresponde a um grupo étnico, pensado como uma comunidade real. No seu lugar permanecem, porém, a sua imaginação e os valores e vínculos morais a que ela dá ensejo. Assim, se a categoria etnicidade está firmemente assentada na teoria dos grupos étnicos de Barth, ela também a ultrapassa. Cabe determinar, então, sobre quais bases teóricas poderíamos compreender como isso se dá. (ARRUTI, 2014, p. 207).

[...] a etnicidade passa a descrever performances identitárias que incluem também os amplos contextos derivados da diáspora africana, assim como da



reorganização em contexto urbano dos grupos étnicos e nacionais em processo de migração rural-urbana, assim como de imigração entre fronteiras nacionais. Em todos estes casos, a etnicidade continua servindo para classificar e, com base na classificação, organizar e regular a interação entre indivíduos, mas agora tendo por base um arco de formas sociológicas que vão do grupo étnico às comunidades imaginadas de diversos tipos. (ARRUTI, 2014, p. 209-210).

IDENTIDADE

De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga (1994, p. 177-178):

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.

A antropóloga Silvia Novaes (1993), ao analisar a identidade nos diz que ela só pode ser usada no plano do discurso e aparece como um recurso para a criação de um nós coletivo – nós índios, nós mulheres, nós homossexuais, nós homens, nós negros, nós professores. De acordo com essa autora, esse nós se refere a uma identidade, no sentido de uma igualdade, que, na realidade, não pode ser verificada de maneira muito efetiva, mas torna-se um recurso indispensável ao sistema de representações que um grupo social qualquer terá condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação em uma situação de confronto:

É importante perceber que o conceito de identidade deve ser investigado e analisado não porque os antropólogos decretaram sua importância (diferentemente do conceito de classe social, por exemplo), mas porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que o reivindicam. (NOVAES, 1993, p. 24).

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos. Indica traços culturais que expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referenciais civilizatórios que marcam a condição humana. Portanto, a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sóciopolítico e histórico em cada sociedade. Assim a identidade vista de uma forma mais ampla e genérica é invocada quando ‘um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido’ (NOVAES, 1993:25). (GOMES, 2005, p. 40-41).

LEI N° 10.639/2003

No início do ano de 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas anti-racistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterou a Lei n° 9.394/96 que passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1° - O Conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2° - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. (SANTOS, 2005, p. 32-33).

LEI N° 11.645/2008

A Lei N° 11.645, de 10 março de 2008,

[...] Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’. [...] passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º – O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º – Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2018).

PATRIMÔNIO

Em épocas passadas, o termo patrimônio (*patrimonium*), de origem latina e corrente a partir do século XVI, remetia essencialmente à ideia de propriedade (bens materiais) transmitida hereditariamente a um determinado grupo em linha sucessória, princípio que pauta ainda hoje, no direito civil, as regras sobre heranças. Nos séculos subsequentes houve um progressivo deslizamento dessa noção que, do domínio estritamente privado, inerente ao grupo familiar (*pater familias*), começou também a contemplar a ideia de esfera pública (coletividade) cujo corolário, a partir de então, firmou-se no pressuposto do legado histórico transmitido pelos antepassados.

No século XVIII, a vocação universalista do iluminismo fez com que essa noção adquirisse horizontes mais amplos, passando a denotar valores universais acumulados e partilhados, por meio de transmissão voluntária e não apenas normativa (baseada na tradição). Assim, gradativamente, foi sendo conferido ao conceito de patrimônio o atributo de algo comum à humanidade ou de pertencimento uma comunidade nacional a partir de um conjunto de bens – relíquias, monumentos, sítios históricos, entre outros. Um dos primeiros países a referendar esse tipo de preocupação foi a França, quando logo depois da Grande Revolução, criou o paradigma de museu como lócus de conservação de bens materiais que refletissem valores universais, tendo como objetivo promover sua missão pedagógico e civilizacional, com aspiração universalista, a exemplo da criação do Louvre, em Paris (1793).

Subjacente à ideia de patrimônio comum à humanidade, que se tornou *leitmotiv* no século XIX e na primeira metade do século XX, havia também uma tendência a atrelar a noção de patrimônio ao léxico histórico, isto é, aos valores transmitidos pela História Ocidental. [...].

A grande mudança de eixo, contudo, ocorre quando essa noção deixa de considerar não apenas a dimensão diacrônica e o valor intrínseco do patrimônio histórico edificado, isto é, a visão monumentalista, para contemplar igualmente outras dimensões da vida social e da cultura transmitidas e transmissíveis; sobretudo, naquilo em que se revelam individualmente ou coletivamente valores e sentidos que transcendem a própria materialidade do bem. Provavelmente, essa é a verdade que interessa mais de perto às ciências sociais, pois é na medida em que se converte em um bem simbólico (material ou imaterial) de transmissibilidade que o patrimônio adquire seu pleno sentido e significado. (MOTA, 2014, p. 379-380).

É também no bojo dessa discussão que a noção de cultura passa a ocupar um lugar central, pois é a partir dela que o conceito de patrimônio amplia ainda mais seu campo semântico, compreendendo modos de vida socialmente transmitidos, que se encontram na base de todas as sociedades humanas, incluindo comportamentos, ideias, valores, motivações, modos de criar, de fazer, de classificar e de atribuir sentido às coisas. Deste modo, entende-se que patrimônio é, antes de tudo, uma construção sociocultural que mobiliza um conjunto dinâmico e complexo de práticas, que envolve agentes e agências, isto é, processos sociais a partir



dos quais são geradas demandas de patrimonialização de um determinado bem, assim como valores e sentidos que o legitimam. (MOTA, 2014, p. 381).

QUILOMBO

Os quilombos nos remetem a vários tempos e espaços históricos: em primeiro lugar, à África do século XVII. A palavra quilombo é originária da língua banto umbundo, que diz respeito a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (Zaire) e Angola, (MUNANGA, 1996). Apesar de ser um termo umbundo, constituía-se em um agrupamento militar de jovens guerreiros, compostos pelos jaga ou imbagala (de Angola) e os lunda (do Zaire), (BRASIL, 2006; MUNANGA, 1996).

As comunidades quilombolas contemporâneas (MOURA, 1996) recebem várias denominações, tais como terras de pretos, mocambos e comunidades negras rurais. Num processo de mobilização, todas estas nomenclaturas convergiram para o termo quilombo ou comunidade quilombola. (BRASIL, 2006, p. 144).

Do final do século XIX até quase o final da segunda metade do século XX, os quilombos foram tratados na historiografia e na educação brasileira como se restringindo a ‘redutos de escravos fugitivos’ e a experiências do período escravista. No entanto, por todo o país, agrupamentos negros rurais, suburbanos e urbanos, se constituíram não somente como fuga ou resistência direta ao sistema vigente, mas como uma ‘busca espacial’ (NASCIMENTO, 1989), em uma perspectiva dinâmica, na construção de um território que é social e histórico, através da manutenção e reprodução de um modo de vida culturalmente próprio. Após mobilizações regionais em que estiveram envolvidos militantes e parlamentares negros e entidades de apoio, a abordagem do tema assumiu outra direção com a publicação na Constituição Federal de um item e um artigo que se referem diretamente aos quilombos:

Art. 216. Inciso V. 5º- Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombolas.

Disposições Transitórias – Art. 68 – Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos (BRASIL, 1988). (BRASIL, 2006, p. 140).

RAÇA

A noção de raça se configurou no pensamento ocidental a partir das obras de filósofos e cientistas dos séculos XVIII e XIX, que, em geral, caracterizavam os povos apoiando-se nas diferenças aparentes e os hierarquizavam a seu modo, tratando, sobretudo, as ciências sociais, reconhecendo as desigualdades que se estabeleceram e se reproduzem com base no fenótipo das pessoas, especialmente em países que escravizaram africanos(as), concordam com a manutenção do termo raça como uma construção social que abrange essas diferenças e os significados a elas atribuídos, que estão na base do racismo. A noção de ‘raça’ para o Movimento Negro não está pautada na biologia. O que se denomina raça codifica um olhar político para a história do negro no mundo. (BRASIL, 2006, p. 222).

Militantes e intelectuais que adotam o termo raça o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo étnico-racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil. (GOMES, 2005, p. 47).

[...] as raças, são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. Se as coisas ficassem só nesse plano, não teríamos tantos complicadores. O problema é que, nesse mesmo contexto não deixamos de cair na tentação de hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. Ou seja, também vamos aprendendo a tratar as diferenças de forma desigual. E isso, sim, é muito complicado! (GOMES, 2005, p. 49).





RACISMO

Remete a um conjunto de teorias, crenças e práticas que estabelece uma hierarquia entre as raças, consideradas como fenômenos biológicos, (MUNANGA, 2004). Doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerando pura ou superior) de dominar outras; preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior; atitude de hostilidade em relação à determinada categoria de pessoas. (BRASIL, 2006, p. 222).

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditavam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira [...]. Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. (GOMES, 2005, p. 52).

TERRITORIALIDADE/TERRITÓRIO

A territorialidade

[...] é plural, uma vez que se reporta, como propomos, a processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados – não necessariamente nesta ordem – sobre uma parcela do espaço, que é transformada em território. Desta concepção já se depreende um aspecto importante também enfatizado por vários estudiosos: o território exterior a relações sociais. (HAESBAERT, 2009). Diríamos ainda que o território toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente.

A territorialidade, como processo de construção de um território, recobre, assim, ao menos dois conteúdos diferentes: a ligação a lugares precisos, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações, de um lado e, de outro lado, os princípios de

organização – a distribuição e os arranjos dos lugares de morada, de trabalho, de celebrações, as hierarquias sociais, as relações com os grupos vizinhos. Quando falamos na territorialidade enquanto processo de construção de um território, o aspecto processual merece destaque, pois confere ao território um caráter plástico, isto é, em permanente conformação; não se refere, pois, a uma construção definitivamente acabada. Concebendo desta maneira o território, estamos longe de concepções que o compreendem como sinônimo de espaço ou espacialidade ou, simplesmente, como ‘fonte de recursos’ disputados ou, ainda, de elementar ‘apropriação da natureza’, crítica também feita por Haesbaert (2009). Este mesmo autor lembra que territorialidade é ‘muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território’ e encontra aí parte de explicação do porque este é um conceito caro à antropologia e, como geógrafo, acrescenta que quando a geografia, especialmente a cultural, trata das dimensões, cultural simbólica, ela vai se valer, em geral, dos conceitos de ‘lugar’ e de ‘paisagem’, que conjugam o componente físico e as dimensões simbólicas e sociais. Em uma acepção bastante difundida, a paisagem carrega tanto a leitura imediata do lugar praticado e ao qual se atribui significação, quanto as suas possibilidades, pois ela se caracteriza, principalmente, pelas representações sobre o lugar. (GODOI, 2014, p. 444-445).

Para entendermos o conceito de territorialidade em África, é necessário verificarmos a complexidade do imaginário africano tradicional. Antes, é preciso entender que tradicional, nesse caso, não é igual a velho, estático e sem evolução. A territorialidade se dá através da força vital, da energia concentrada em tal espaço, sem fronteiras rígidas. A territorialidade pode ser percebida como espaço de práticas culturais nas quais se criam mecanismos identitários de representação a partir da memória coletiva, das suas singularidades culturais e paisagens. A territorialidade seria assim resultante de uma unidade construída, em detrimento das diferenças internas, porém evocando sempre a distinção em relação às outras territorialidades. Sodré afirma que ‘o território como patrimônio simbólico não dá lugar à abstração fetichista da mercadoria nem à imposição poderosa de um valor humano universal, porque aponta o tempo inteiro para a abolição ecológica da separação (sofística) entre natureza e cultura, para a simplicidade das condutas e dos estilos de vida e para a alegria concreta do tempo presente’(1988a, p. 165). (BRASIL, 2006, p. 223).







REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2003.

ARRUTI, J. M. Etnicidade. In: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.

ASSIS, M. de. *Obra Completa*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Aguilar: 1973.

ASSUNÇÃO, M. A. *Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (século XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

AZEVEDO, C. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, E. B. de. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Brasília, DF: Iphan: Programa Monumenta, 2009.

BASSI, F.; TAVARES, F. Preparando o banquete, sonhando com a festa. *Aceno*, v. 4, n. 7, p. 15-32. jan./jul. 2017. *Cultura Popular, Patrimônio e Performance (Dossiê)*.

BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARTH, F. *O guru iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

BRASIL. *Lei n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

BRASIL. *Lei n. 10639 de 9 de janeiro de 2003*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2005.

BRASIL. *Lei n. 11.645, de 10 março de 2008*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10101-lei-11645-10-03-2008&Itemid=30192. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE-CEB 016/2012*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9208319-Parecer-homologado-despacho-do-ministro-publicado-no-d-o-u-de-20-11-2012-secao-1-pag-8-ministerio-da-educacao-conselho-nacional-de-educacao.html>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília, DF: SECAD, 2006.

CAMPOS FILHO, A. V. de. *Caracterização socioeconômica das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape*. 2018. Projeto Terra de Direitos: Apoio a defesa e proteção dos direitos políticos e civis das comunidades remanescentes de quilombo do Recôncavo Baiano.

CONCEIÇÃO, S. S. *Etnobotânica do Candomblé: uma estratégia para conservação de remanescente de Mata Atlântica em Salvador e Região Metropolitana*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Ambiental) – Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia, Salvador, 2005.

- COSTA, T. C. **Independência do Brasil na Bahia: memória e patrimônio no Recôncavo**. Dissertação (Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas_ – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.
- FIALHO, L. **Intelectual e feminista: Lélia Gonzalez, a mulher que revolucionou o movimento negro. Brasil de Fato**, São Paulo, fev. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/01/intelectual-e-feminista-lelia-gonzalez-a-mulher-que-revolucionou-o-movimento-negro/> Acesso em: 27 jan. 2019.
- FRAGOSO, H. **São Francisco do Paraguaçu: uma história sepultada sob ruínas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2004.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação quilombola**. 2019. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 Acesso em: 02 abr. 2019.
- GARCIA, A. G. **São Francisco de Paraguaçu: história e a cultura de um povo esquecido**. Salvador: Vento Leste, 2018.
- GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: UCAM. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- GODOI, E. P. de. Territorialidade. *In*: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal N° 10.639/03**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- GOMES, T. de M. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25 n. 2, 2003.
- INCRA. **Passo a passo da titulação de territórios quilombolas**. [2018]. Disponível em: http://www.incra.gov.br/passos_a_passo_quilombolas Acesso em: 29 maio 2019, as 16h20.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Convento de Santo Antônio de Paraguassú: igreja e ruínas (Cachoeira, BA)**. 1941. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1031
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Engenho Embiara: sobrado (Cachoeira, BA)**. 1943. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1048
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Engenho Vitória: sobrado, capela, crucifixo, senzala e banheiro (Cachoeira, BA)**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1045
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Igreja Matriz de Santiago (Cachoeira, BA)**. 1960. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1034
- JOVELINO, R. V. Desenvolvimento como prática democrática: o caso das Comunidades Quilombolas da Bacia e Vale do Iguape – Bahia. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15 n. 28, p. 181-192, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-rosane-viana-jovelino.pdf>
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- MOTA, A. Patrimônio. *In*: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

PROJETO TERRA DE DIREITOS. Saberes e fazeres terapêuticos quilombolas na bacia e vale do Iguape. Cachoeira: CECVI: COSPE: UFRB, 2018.

SANTOS, J. F. Rezar pra quê? Histórias de vida de mulheres rezadeiras na cidade de Cachoeira – Bahia. Dissertação (Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

SANTOS, S. A. dos. A Lei n. 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal N° 10.639/03**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SAMBA de roda do Recôncavo baiano. Brasília, DF: Iphan, 2006.

SILVÉRIO, V. R. A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. (org.) **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. São Paulo: Papirus, 2005.

VIANA Filho, A. de C. Caracterização socioeconômica das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape. In: PROJETO TERRA DE DIREITOS. **Apoio a defesa e proteção dos direitos políticos e civis das comunidades remanescentes de quilombo do Recôncavo Baiano**. [Cachoeira: CECVI: COSPE: UFRB], 2018.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/> Acesso em: 27 jan. 2019.

Sites consultados:

https://brasildefato.com.br/sites/default/files/u2029/Lelia_Arquivo.jpg. Acesso em: 27 jan. 2019, as 16h25.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angela_Davis_enters_Royce_Hall_for_first_lecture_October_7_1969.jpg, Acesso em: 27 jan. 2019, as 16h15.

http://www.incra.gov.br/passos_a_passos_quilombolas Acesso em: 29 maio 2019, as 16h20

<https://kcl.ac.uk/artshums/depts/english/people/academic/gilroy.aspx> Acesso em: 27 jan. 2019, as 16h30.

<https://mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em: 27 jan. 2019, as 15h:50.

<http://mundoafro.atarde.uol.com.br/tag/caruru/>

http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 Acesso em: 02 abr. 2019, as 16h20

http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1031 Acesso em: 10 abr. 2019, as 16h20.

http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1034 Acesso em: 10 abr. 2019, as 16h20.

http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1045 Acesso em: 10 abr. 2019, as 16h20.

http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1048 Acesso em: 10 abr. 2019, as 16h20.

<https://wiki.uchicago.edu/display/powerpedia/Frantz+Fanon>. Acesso em: 27 jan. 2019, as 16h25.



AGRADECIMENTOS

Adriana Lima Santos, Aldelice Rocha Souza, Agnaldo Ribeiro Café, Angeli Sapucaia, Araci Alves Reis Mascarenhas, Associação de Mulheres do Quilombo do Tabuleiro da Vitória, Cândido Aloisio da Silva, Clara Amorim, Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, Crispiniano Costa de Assis, Daiane Barbosa Barreto, Danilo Oliveira, Delly Schilene Sanches, Edinalva de Oliveira Sacrat, Elenildes Moreira Vieira, Elaine Cristina Cunha de Oliveira, Daniela Conceição, Eleonice Sacramento Costa, Elisângela Costa, Elisângela Guimarães de Jesus, Elson de Assis Rabelo, Escola Municipal de Santiago do Iguape Pedro Paulo Rangel, Escola Municipal de 1º grau São Francisco de Paraguaçu, Guilherme Rocha Souza, Ivanilson da Cruz de Assis Costa, Jael de Souza Ferreira, Jair Ferreira Santos, Jocevalda Ferreira dos Santos, Jorge Ribeiro Junior, Josélia da Hora, José Roque Soares Marinho, Joselita Abade de Jesus, Luciana dos Reis Rosa, Luciene Dias Muniz, Magoly dos Reis Marinho, Maria da G. Pimenta, Marília P. de O. Santos, Marilucia Ribeiro, Maria das Graças Silva de Brito (Maria de Totó), Mariana Balen, Mariane Silva Santos, Marisa Sacramento Teixeira, Marivalda Conceição dos Santos, Micilene de Jesus Almeida, Miriam Luz, Maria Delvay Souza Santos, Nilzete Borges dos Santos, Noelma Xavier da Silva, Núcleo de Mulheres Marias Filipas, Patrícia Nascimento da Conceição, Rosimeire Veloso, Sandra Leticia S. Barbosa, Selma Silva Santos, Simone Sandrine F. Mascarenhas, Tânia Sodré, Telma Maria dos Santos Nascimento, Turma do 7º Ano da Escola General Alfredo Américo da Silva, Vanderson dos Santos.





O Almanaque Quilombola apresenta experiências e atividades pedagógicas relativas à história, à cultura, e à identidade quilombola, nas comunidades do Vale do Iguape, no Recôncavo da Bahia. Este material, construído coletivamente por meio da tecnologia pedagógica das Rodas de Saberes e Formação (RSF), apresenta temas e conteúdos que articulam os saberes e os fazeres das comunidades, com as práticas de ensino e aprendizagem, as abordagens pedagógicas, e as vivências socioculturais de professoras, professores e estudantes.

O trabalho deste Almanaque contribui para a possibilidade de repensarmos e reconstruirmos os currículos e as práticas de formação das escolas, o desafio decorrente da conquista e implantação das leis federais 10.639/03 e 11.645/08, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola, que impactam na promoção da educação das relações etnicorraciais, da história africana e da cultura afro-brasileira.

RITA DIAS E CLÁUDIO ORLANDO

Centro de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



Esta publicação foi realizada com a participação financeira da União Europeia e do Fundo Otto per Mille da Igreja Valdese. O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva de CECVI, COSPE e UFRB não podendo, em caso algum, considerar que reflita a posição da União Europeia e da Igreja Valdese.